

Impacto da Inclusão Financeira no Crescimento
Económico de Moçambique 2005-2022

Por:

Hilman Salane Sibinde

Monografia De Licenciatura Em Economia
Faculdade De Economia
Universidade Eduardo Mondlane

MAPUTO, OUTUBRO DE 2024

Impacto de Inclusão Financeira no Crescimento Económico de Moçambique 2005-2022

Hilman Salane Sibinde

Trabalho de Monografia a ser Submetido na
Faculdade de Economia da Universidade Eduardo
Mondlane, em Cumprimento Parcial dos
Requisitos Para a Obtenção de Grau de
Licenciatura em Economia sob Orientação de Prof.
Doutor Manoela Sylvestre

Maputo, Outubro de 2024

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro que esta Monografia é resultado da minha investigação pessoal e das orientações do meu supervisor, o seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia final.

Declaro ainda que este trabalho não foi apresentado em nenhuma outra instituição para obtenção de qualquer grau acadêmico.

(Hilman Salane Sibinde)

Aprovação do Júri

Este trabalho foi aprovado no dia __ de ____ de 2024 por nós, membros do Júri
examinador da Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane

(Presidente do Júri)

(Arguente)

(Supervisor)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais: Simão Arão Sibinde e Sara Albertina Sibanda, dedico esta monografia. Pela grande força, carinho, afecto, dedicação e cuidado que me deram durante toda minha existência, agradeço do fundo do meu coração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e por proporcionar-me chegar até aqui, renovando as minhas forças, me fazendo acreditar que no tempo certo triunfaria;

Aos meus pais Simão Arão Sibinde e Sara Albertina Sibanda, esta última que quis Deus que partisse deste mundo sem antes ver-me alcançar este objectivo, por toda família almejado, e dizer que vós sois a minha maior fonte de inspiração e motivação, e que tudo fizeram para que esta formação fosse realizada;

Me saúdo e não me deixo de lado, pois mesmo nas adversidades, vicissitudes nunca me passou pela cabeça desistir. Ao meu filho Hian Sibinde que com a sua chegada tornou-se numa força motriz para vencer cada desafio que a vida me impõe, que por ele Resisti, persisti e combati um bom combate;

A todo corpo docente da Faculdade de Economia, que se dedicou ao longo deste percurso, não somente por me ter ensinado, mas por me ter preparado com êxito para o mercado de trabalho;

Aos Docentes da Faculdade de Economia, pela força, atenção, incentivo, correcções, dedicação, empenho, em especial para Prof. Doutor Manoela Sylvestre pelo apoio prestado, e orientações necessárias para que o trabalho fosse elaborado com qualidade desejada;

Aos meus irmãos colegas de curso e amigos, pela força, ajuda nos momentos mais difíceis, atenção dispensada, disponibilidade e pelas contribuições para a realização do trabalho, assim como, a todas turmas dos cursos de Economia;

E a todos os restantes que, de forma directa ou indirectamente contribuíram, de forma positiva, para o meu percurso da licenciatura;

Meu sincero Obrigado.

Índice

DECLARAÇÃO DE HONRA.....	iii
DEDICATÓRIA	v
AGRADECIMENTOS	vi
Índice de Tabelas	x
Índice de Gráficos.....	xi
Lista de Abreviaturas	xii
Resumo	xiii
CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO	1
1.1 Contextualização.....	1
1.2 Objectivos de Pesquisa	2
Objectivo Geral.....	2
Objectivos Especificos.....	2
1.3 Problemas de Pesquisa	3
1.4 Justificativa de Pesquisa	5
1.4.1 Relevância para a Formulação de Políticas Públicas.....	7
1.4.2 Relevância Académica Profissional.....	7
1.4.3 Relevância Social.....	7
1.5 Hipóteses de Pesquisa	7
1.6 Questões de Pesquisa	8
1.7 Estrutura de Trabalho.....	9
CAPÍTULO II: REVISÃO DE LITERATURA	10
2.1 Revisão de Literatura Teórica	10
2.1.1 Educação financeira.....	10
2.1.2 Inclusão Financeira	10
2.1.3 Relação entre a educação financeira e a inclusão financeira	11
2.1.4 Factores que explicam a exclusão financeira.....	11
2.1.5 Teorias da Inclusão Financeira	12
2.1.5.1 Teorias sobre os Beneficiários da Inclusão Financeira	12
2.1.5.2 Teorias sobre os Processos de Entrega da Inclusão Financeira	13
2.1.5.3 Teorias do Financiamento da Inclusão Financeira.....	14
2.1.5.4 Resumo das Teorias da Inclusão Financeira	15
2.1.6 Importância da Inclusão Financeira para o Crescimento Económico	16
2.2 Estudos Empíricos	19

2.3 Avaliação Crítica dos Estudos Empíricos	20
CAPÍTULO III: METODOLOGIA DE PESQUISA	21
3.1 Procedimento de Colecta de Dados	21
3.1.1 Fontes de Dados	21
3.2 Procedimento e Análise dos Dados	22
3.2.1 Métodos Estatísticos	22
3.3 Descrição das Variáveis	24
3.4 Procedimentos para Garantir a Qualidade dos Dados	24
3.4.1 Qualidade dos Dados	24
CAPÍTULO IV: EVOLUÇÃO DA INCLUSÃO FINANCEIRA EM MOÇAMBIQUE	26
4.1 História de Inclusão Financeira em Moçambique	26
4.1.1 Evolução do Índice de Inclusão Financeira 2005-2022	27
4.2 Evolução da Inclusão Financeira em Moçambique (2005-2022)	29
4.2.1 Análise da Evolução	29
4.2.2 Exemplos de Políticas e Iniciativas em Moçambique	30
4.2.2.1 Programas de Microfinanças	30
4.2.2.2 Educação Financeira	31
4.2.2.3 Inovação em Tecnologia Financeira (Fintech)	31
4.3 Evolução do Índice Inclusão Financeira por Província (2005-2022)	33
4.4 Avaliação do Índice de Inclusão Financeira de Moçambique e sua Relação com Crescimento Económico no período de 2005-2022	36
4.4.1 Pontos Positivos	36
4.4.2 Pontos Negativos	37
CAPÍTULO V: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS	38
5.1 Crescimento Económico (% PIB)	39
5.2 Crédito à Economia por 1.000 Adultos e Crescimento Económico	42
5.3 Desafios e Tendências de Intermediação de Poupança em Moçambique	43
5.3.1 Acesso a Serviços Financeiros e Crescimento Económico	45
5.4 Análise do Impacto da Inclusão Financeira no Crescimento Económico de Moçambique (2005-2022)	46
5.5 Impacto da Inclusão Financeira no Crescimento Económico	46
5.5.1 Correlação entre Inclusão Financeira e Crescimento Económico	46
5.5.2 Interpretação Económica dos Resultados de ANOVA	48
CAPÍTULO VI: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	51
6.0 Conclusão	51

6.1 Recomendações..... 53

Lista de Tabelas

Tabela 3.1: Definição das Variáveis do Estudo	23
Tabela 4.2: Indicadores de Índice de Inclusão Financeira	27
Tabela 4.3 : Categorização do Índice de Inclusão Financeira	28
Tabela 4.4: Indicadores de Inclusão Financeira em Moçambique (2005-2022).....	29
Tabela 4.5: Políticas e Iniciativas de Inclusão Financeira em Moçambique	31
Tabela 4.6: Distribuição das Dimensões de Acesso e Uso em 2022 e a Evolução do IIF por Província 2005-2022	34
Tabela 5.7: Coeficiente de Correlação entre Inclusão Financeira e Crescimento Económico	47
Tabela 5.8: ANOVA para Inclusão Financeira e Crescimento Económico.....	49

Lista de Gráficos

Gráfico 5.1: Adopção de Soluções Fintech em Moçambique (2015-2022).....	32
Gráfico 5.2: Relação entre Crescimento Económico e Índice de Inclusão Financeira 2005-2022	38
Gráfico 5.3: Relação de Intermediação Financeira e o Crescimento Económico de 2005-2022 .	40
Gráfico 5.4: Relação entre bancarização e Crescimento económico em Moçambique	43

Lista de Abreviaturas

AFI	<i>Alliance For Financial Inclusion</i> - Aliança Para Inclusão Financeira
ATM	Caixas Automáticas
BdM	Banco de Moçambique
BVM	Bolsa de Valores de Moçambique
ENIFI	Estratégia Nacional de Inclusão Financeira
IIF	Índice de Inclusão Financeira
INE	Instituto Nacional de Estatística
PIB	Produto Interno Bruto

Resumo

Esta pesquisa analisou o impacto da inclusão financeira no crescimento económico de Moçambique entre 2005-2022, com o objectivo de entender a relação entre o aumento no acesso a serviços financeiros e o desenvolvimento económico. Utilizando dados secundários de fontes institucionais como o Banco Mundial, Banco de Moçambique e Instituto Nacional de Estatística, a análise quantitativa foi realizada através da correlação de Pearson e análise de variância (ANOVA). Os resultados confirmaram a hipótese de que a inclusão financeira tem uma correlação positiva significativa com o crescimento económico. Especificamente, observou-se que o aumento no percentual da população com conta bancária, no acesso ao crédito e no valor total de depósitos e crédito está associado a um crescimento mais robusto do PIB. Estes achados destacam a importância de políticas que promovam a expansão e a melhoria dos serviços financeiros, a modernização da infra-estrutura financeira, a promoção da educação financeira, a facilitação do acesso ao crédito e o apoio a iniciativas de inclusão financeira. A pesquisa evidencia que a inclusão financeira não só facilita o acesso a recursos e oportunidades económicas, mas também contribui significativamente para o crescimento económico sustentável, fornecendo recomendações práticas para fortalecer a inclusão financeira e estimular o desenvolvimento económico em Moçambique. Para que o Índice de Inclusão Financeira em Moçambique se torne um motor de crescimento económico, é essencial adoptar uma abordagem multifacetada que inclua a expansão da infraestrutura financeira, promoção do microfinanciamento, educação financeira, regulação eficaz, incentivos à inovação, redução de custos, proteção ao consumidor, fomento ao empreendedorismo, inclusão de grupos marginalizados, e avaliação contínua. Essas políticas económicas, implementadas de forma coordenada e sustentável, podem transformar o panorama financeiro de Moçambique e impulsionar o crescimento económico do país.

Palavras-chave: **Inclusão Financeira, Índice de Inclusão Financeira, Crescimento Económico.**

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

Este capítulo constitui a parte introdutória do Trabalho, que consiste essencialmente em mostrar o que o trabalho aborda, incorporando a contextualização até definição de hipóteses.

1.1 Contextualização

Actualmente surgiram evidências científicas significativas sobre o impacto da inclusão financeira, onde o foco dessas evidências esteve principalmente, e de forma tendenciosa, sobre o acesso das pessoas aos produtos e serviços oferecidos pelo sistema financeiro.

Uma recente meta-análise ou revisão de revisões da Campbell Collaboration afirma que *“os impactos das intervenções de inclusão financeira são pequenos e variáveis”*. Os 11 estudos de avaliação de impacto incluídos nesta meta-análise estão relacionados a programas de inclusão financeira que buscam aumentar o acesso das pessoas em situação de pobreza aos serviços financeiros. (Ozilli, 2020).

O problema do impacto da inclusão financeira vale a pena ser levantado como uma questão que vai além do acesso apenas a produtos e serviços financeiros, já que o conceito de inclusão financeira vai muito além da chamada bancarização. Com efeito, a inclusão financeira é um conceito multidimensional que inclui elementos tanto do lado da oferta de produtos financeiros como do da demanda, sendo suas dimensões básicas o acesso, o uso, a qualidade e o impacto sobre o bem-estar financeiro das famílias e das empresas (BdM, 2023).

Isso implica que a inclusão financeira é um meio através do qual a população pode alcançar um maior bem-estar financeiro. Embora na maioria dos países existam medições de acesso, uso e qualidade dos produtos e serviços financeiros, há poucas medições de seu impacto sobre o bem-estar das pessoas.

Segundo BVM (2023), o Banco de Moçambique nos últimos anos, tem envidado esforços para implementação de políticas que consistam em garantir um nível de inclusão financeira cada vez mais acentuado, e deste modo, promover maior acesso à produtos e

serviços financeiros dos quais o sistema financeiro nacional dispõe. Estes planos, são materializados através dos Programas de Educação Financeira, que estão inseridos na Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do Sector Financeiro e que tem como meta a melhoria do nível de inclusão financeira para uma abrangência de 35%, em 2022.

Para este trabalho preocupa-se em abordar os ganhos de inclusão financeira para economia moçambicana, para além de estudar os factores que influenciam o processo de inclusão financeira e o seu impacto no desenvolvimento da nossa economia.

1.2 Objectivos de Pesquisa

→ Objectivo Geral

- Analisar o impacto da Inclusão Financeira no de crescimento económico em Moçambique entre 2005 a 2022;

→ Objectivos Específicos

- Identificar os principais factores que influenciam a inclusão financeira em Moçambique desde 2005 até 2022.
- Examinar a relação entre inclusão financeira e crescimento económico em Moçambique durante o período de 2005 a 2022.
- Analisar os canais de transmissão através dos quais a inclusão financeira impacta o crescimento económico em Moçambique.
- Avaliar os principais instrumentos e iniciativas de inclusão financeira implementados em Moçambique e seu impacto no desenvolvimento económico.

1.3 Problemas de Pesquisa

A inclusão financeira é um aspecto crucial para o desenvolvimento económico e social de um país, especialmente em economias emergentes como a de Moçambique. Desde 2005, Moçambique tem buscado promover a inclusão financeira como uma estratégia para estimular o crescimento económico e melhorar as condições de vida de sua população. A inclusão financeira envolve o acesso e o uso efectivo de serviços financeiros, como contas bancárias, crédito, seguros e outros produtos financeiros, por segmentos da população que tradicionalmente estiveram excluídos desses serviços.

Apesar dos esforços contínuos para aumentar a inclusão financeira em Moçambique, o impacto real desses esforços no crescimento económico do país permanece incerto. Enquanto alguns estudos sugerem que a inclusão financeira pode fomentar o crescimento económico ao facilitar o acesso ao crédito e promover o empreendedorismo, outros argumentam que as melhorias na inclusão financeira não têm um impacto significativo ou imediato no crescimento económico devido a outros factores estruturais e institucionais.

Os autores Demirguc-Kunt *et al.* (2018) destaca que, enquanto 74% dos adultos dos países desenvolvidos têm acesso a uma conta bancária, apenas 61% dos adultos dos locais mais pobres têm acesso.

A inclusão financeira desempenha um papel crucial no crescimento e desenvolvimento económico de qualquer país. Em África, em particular, a inclusão financeira desempenha um papel ainda mais significativo, especialmente no contexto de desenvolvimento das crianças.

A falta de acesso a serviços financeiros adequados pode criar barreiras para o desenvolvimento económico sustentável e redução da pobreza. Contudo, a inclusão financeira vai muito além do acesso a produtos e serviços financeiros, ou da chamada bancarização, e é necessário que todas as pessoas e empresas estejam capacitadas para utilizá-los.

A inclusão financeira é um aspecto crucial do desenvolvimento económico. Envolve fornecer acesso a serviços financeiros a indivíduos e empresas, independentemente de seus níveis de renda ou localização. Sem o acesso a ferramentas financeiras básicas, como contas bancárias, crédito e seguros, as pessoas geralmente não conseguem participar totalmente da economia.

Essa falta de participação pode resultar em uma série de consequências negativas, incluindo pobreza, desemprego e exclusão social. Portanto, promover a inclusão financeira é essencial para alcançar o crescimento económico sustentável e reduzir a desigualdade (BdM, 2023).

A prossecução da presente pesquisa, está assente no facto de existirem poucos estudos que concentram esforços em analisar o papel da inclusão financeira para eficácia da política monetária no processo de estabilização da inflação, sendo que, na sua maioria, os estudos empíricos que se encontram ao longo da literatura económica, dedicam sua atenção em analisar o papel da inclusão financeira para expansão do produto, ou seja, crescimento económico, e, conseqüentemente, o seu desenvolvimento, bem como a distribuição da riqueza para erradicação da pobreza. Em Moçambique, não foram encontradas evidências de estudos que explicassem a relação entre a inclusão financeira e o crescimento económico, daí que a presente pesquisa tem a seguinte pergunta?

Qual é o impacto da inclusão Financeira no Crescimento Económico de Moçambique no período de 2005-2022?

1.4 Justificativa de Pesquisa

Os motivos que fundamentam a escolha deste tema estão associados ao facto deste se encontrar pouco aprofundando na literatura económica e empírica. Em Moçambique, não foram encontradas evidências de qualquer estudo que mostrasse uma relação entre o papel da inclusão financeira e a eficácia da política monetária como motor do crescimento económico. Os poucos estudos elaborados internacionalmente, provaram a existência desta relação e estes poderiam servir de referência para os fazedores de política dos seus países e do mundo, nesse sentido, além do contributo deste estudo para o enriquecimento da literatura económica e empírica, o mesmo é escolhido sobre o pressuposto de que servirá para conscientizar os fazedores de política em Moçambique, no concernente à necessidade do alargamento do índice de inclusão financeira, não só, para o crescimento e desenvolvimento económico, distribuição da riqueza e alívio da pobreza, como tem vindo a ser estudado, mas como um mecanismo que possa conferir maior transmissibilidade dos efeitos da política monetária aos sectores reais da atividade económica por via do canal de crédito. O período em análise justifica-se pelos diversos motivos, sendo que a partir de 2005, o governo de Moçambique implementou reformas para fortalecer o sector financeiro, aumentando a concorrência e promovendo a inclusão financeira. A expansão da tecnologia financeira (fintech) e a introdução de serviços bancários móveis durante este período foram fundamentais (BdM, 2023).

O país experimentou um crescimento económico significativo em várias fases, especialmente com a descoberta de recursos naturais. O impacto da inclusão financeira no crescimento económico pode ser analisado em momentos críticos, como a transformação da economia informal em formal e o aumento da produtividade.

Durante este período, também ocorreram crises, como a crise da dívida em 2016 e os impactos da pandemia de COVID-19 em 2020. Esses eventos ressaltaram a importância da inclusão financeira, pois populações vulneráveis foram mais afectadas e necessitaram de acesso a serviços financeiros para se recuperar.

A análise do impacto da inclusão financeira no crescimento económico de Moçambique entre 2005 e 2022 é relevante, pois oferece uma visão abrangente das interações entre serviços financeiros e crescimento económico. Ao considerar o contexto espacial e

temporal, é possível compreender como a inclusão financeira pode não apenas impulsionar o crescimento, mas também promover uma sociedade mais equitativa e resiliente.

Ainda se justifica a escolha do período por ser estatisticamente aceitável para um estudo, para além de falta de uma base de dados confiável de inclusão financeira em Moçambique, uma vez que os dados começam no ano de 2005.

O estudo irá permitir ainda, nos países menos desenvolvidos, que as mulheres sejam mais independentes e tenham um papel activo no desenvolvimento da sociedade.

A democratização do acesso aos serviços financeiros também é fundamental para pequenas empresas, especialmente as informais, uma vez que torna mais prático e reduz o custo de envio e recebimento de pagamentos, melhora a distribuição de linhas de crédito e investimentos e fomenta orientações técnicas para o desenvolvimento do negócio. A inclusão desses pequenos empresários pode dirimir o ciclo vicioso da informalidade, que tende a perpetuar a reprodução da pobreza. Como exemplos desses efeitos, estudos mostram que o crédito para reduzir os choques de escassez temporária aumentou a produção agrícola em 10% (Fintel & Orthofer, 2020) enquanto o crédito de curto prazo ao consumidor conseguiu manter aproximadamente 11% dos empregos na África do Sul (Jukan & Softic, 2016).

Até o momento, não se encontram evidências conclusivas na literatura sobre a relação entre inclusão financeira e pobreza no contexto moçambicano. Este estudo tem como objectivo reduzir essa lacuna, analisando a contribuição da inclusão financeira e digital para a redução da pobreza no Moçambique.

A justificativa para a pesquisa sobre o impacto da inclusão financeira no crescimento económico de Moçambique é sólida e se baseia na importância estratégica de melhorar a inclusão financeira para o desenvolvimento económico sustentável e inclusivo do país.

A inclusão financeira é um motor potencial para o crescimento económico. Ao permitir que mais pessoas e empresas acessem serviços financeiros, como crédito e poupança, a inclusão financeira pode estimular investimentos, promover o empreendedorismo e melhorar a eficiência económica. A pesquisa ajuda a compreender melhor como esses

benefícios podem ser realizados e como as políticas podem ser direccionadas para maximizar o impacto económico.

1.4.1 Relevância para a Formulação de Políticas Públicas

Compreender a relação entre inclusão financeira e crescimento económico é essencial para os formuladores de políticas. O estudo oferece evidências sobre a eficácia das políticas existentes e sugere áreas para melhorias, ajudando os governos e as instituições financeiras a desenvolver estratégias mais eficazes para promover a inclusão financeira e alcançar objectivos económicos e sociais.

1.4.2 Relevância Académica Profissional

A pesquisa contribui para o campo académico ao fornecer novos dados e análises sobre a inclusão financeira em um contexto específico, como Moçambique. Também oferece *insights* valiosos para profissionais do sector financeiro, que podem utilizar os resultados para melhorar suas práticas e estratégias de inclusão financeira.

1.4.3 Relevância Social

O estudo é justificado pelo seu potencial para impactar positivamente a vida das pessoas em Moçambique. Ao melhorar a inclusão financeira, o estudo pode contribuir para a redução da pobreza, o aumento da autonomia económica e o desenvolvimento das comunidades. A pesquisa oferece uma base para implementar programas e iniciativas que realmente beneficiem os cidadãos e promovam um crescimento económico inclusivo e sustentável.

1.5 Hipóteses de Pesquisa

H_0 : A inclusão financeira tem um impacto positivo no crescimento económico.

H_1 : A inclusão financeira não tem um impacto positivo no crescimento económico.

1.6 Questões de Pesquisa

1. Quais são os principais factores que têm influenciado a inclusão financeira em Moçambique desde 2005, e como esses factores variam ao longo do tempo?
2. Qual é a relação entre a inclusão financeira e o crescimento económico em Moçambique durante o período de 2005 a 2022?
3. Quais são os canais de transmissão através dos quais a inclusão financeira afecta o crescimento económico em Moçambique?
4. Quais instrumentos e iniciativas de inclusão financeira foram implementados em Moçambique e qual tem sido seu impacto no desenvolvimento económico?

1.7 Estrutura de Trabalho

A presente pesquisa encontra-se dividida por (06) seis capítulos por forma a facilitar a compressão dos conteúdos abordados e estes capítulos estão descritos da seguinte maneira:

Capítulo I: Reservada a parte introdutória que compõe a contextualização, problema de Pesquisa, Hipóteses de Pesquisa e Justificativa da Pesquisa.

Capítulo II: Este compõe-se pela revisão da literatura teoria (definições, conceitos a respeito do tema em análise, diferentes concepções de autores), Revisão de Literatura Empírica (descrição de alguns estudos feitos a respeito do tema por forma a cruzar diferentes conclusões e abordagens do tema) e a conclusão dos estudos empíricos (uma análise crítica das conclusões dos estudos feitos).

Capítulo III: Aborda a Metodologia de Pesquisa usada nesta pesquisa.

Capítulo IV: reservada para análise de evolução e dinâmica de índice de inclusão financeira em Moçambique.

Capítulo V: reservar-se a análise e discussão de resultados de pesquisa.

Capítulo VI: Conclusão e recomendações

CAPÍTULO II: REVISÃO DE LITERATURA

Estão apresentados neste capítulo, os conceitos básicos ligados ao tema em estudo, bem assim, o resumo da literatura que discute a questão da interacção entre o crescimento económico e Inclusão Financeira.

2.1 Revisão de Literatura Teórica

2.1.1 Educação financeira

De acordo com Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (2005) considera educação financeira como um conjunto de acções, seja informação, formação ou orientação, a pessoas singulares ou colectivas sobre os produtos financeiros e suas concepções¹, dotando-as de conhecimentos para que possam avaliar as oportunidades e os riscos inerentes ao processo, garantindo melhorias no bem-estar económico e criando responsabilidade financeira nas pessoas².

2.1.2 Inclusão Financeira

O conceito de inclusão é um modelo de organização que considera as necessidades pessoais de todos e, diante disso, se estrutura com base nelas para que seja acessível e possa abrangê-las.

Dai que, para ser possível usufruir da inclusão financeira, faz-se necessário ter a capacidade financeira, sendo ela a aptidão de tomar decisões financeiras com vista a melhorar as finanças, conjugando as condições socio-económicas. Dessa forma, podemos entender a capacidade financeira como um conjunto de conhecimentos, acções, competências e comportamentos dos usuários dos serviços financeiros na gestão de seus recursos e uso de serviços adequados às necessidades financeiras (OCDE, 2005).

¹ Em Moçambique existe um programa de educação financeira 2020-2024, na responsabilidade da BVM, que foi atendido pelo outro que decorreu de 2017-2019, com objetivos de difundir concepções do mercado de capitais e da bolsa de valores moçambicana.

² A educação financeira estimula o desenvolvimento de intelecto, aptidões e habilidades úteis ao indivíduo, dotando-os de senso crítico e informação necessária sobre os serviços financeiros disponíveis no mercado bem como prepara-os para a gestão eficiente de finanças pessoais.

2.1.3 Relação entre a educação financeira e a inclusão financeira

Segundo Kassardjian (2013), a relação existente entre a educação financeira e a inclusão financeira destaca-se na medida em que o conhecimento sobre os serviços financeiros permite a adesão destes pelos aprendizes. No pensamento deste autor, a educação financeira no sistema de ensino americano quando inserida houve maior adesão à constituição de poupanças por parte dos estudantes. Existe um aumento significativo de produtos financeiros disponibilizados no mercado, sendo necessários conhecimentos actualizados e completos³ que permitirão aos beneficiários usufruir dos produtos ou serviços, garantindo a inclusão financeira por meio da educação financeira.

Segundo Silva (2023), Birochi e Pozzebon (2016) os conceitos de educação financeira e inclusão financeira estão, no entanto, intimamente ligados uma vez que, sem a educação financeira, o acesso e a utilização de serviços financeiros pode até mesmo ser prejudicial. Além disso, outras ideias enfatizam que a educação financeira precede a inclusão financeira, sendo, assim, uma barreira para uma inclusão efectiva de indivíduos sem educação financeira, gerando endividamento e perda de património.

2.1.4 Factores que explicam a exclusão financeira

A exclusão financeira pode ser explicada por diferentes factores e estes variam de região para região, de forma geral, segundo (Mader, 2018), a exclusão financeira está relacionada com os seguintes factores:

- ✓ Exclusão de acesso ou exclusão por circunstâncias que dificultam ou impedem o acesso, em que determinados segmentos não aderem ao sistema financeiro devido ao seu perfil de risco de crédito ou por residirem em áreas geográficas remotas, sem canais de acesso à produtos financeiros;

³ A população no geral recebe demasiados serviços e produtos financeiros obscuros sem de fato saber do seu impacto ou consequências em suas vidas, o que reforça a ideia de educar para incluir financeiramente o cidadão (Hurtado,2020)

- ✓ Exclusão de condição que é aquela que é determinada pelas próprias características dos produtos comercializados, esta ocorre quando os produtos e serviços financeiros são desadequados às necessidades dos agentes económicos;
- ✓ Exclusão de preço que é determinada pelo preço dos produtos comercializados, e ocorre quando o custo dos produtos financeiros é demasiado elevado;
- ✓ Exclusão comercial é aquela que resultante do objectivos comerciais das instituições de crédito, quando a política de colocação de produtos das instituições se foca em determinados agentes económicos;
- ✓ Autoexclusão, que ocorre quando, por receio de rejeição ou outras barreiras psicológicas, é a própria unidade económica que opta por se excluir do sistema financeiro formal.

2.1.5 Teorias da Inclusão Financeira

2.1.5.1 Teorias sobre os Beneficiários da Inclusão Financeira

De acordo com a teoria da inclusão financeira como um bem público⁴, que sustenta que a prestação de serviços financeiros formais a toda a população deve ser tratada como um bem público, de modo que todas as pessoas poderão usufruir de serviços financeiros básicos sem pagar por isso, sendo que o acesso por parte de um indivíduo ou empresa não deve reduzir a disponibilidade para outros.

Sendo que a teoria da inclusão financeira focada na insatisfação, diz que os programas de inclusão financeira devem, num primeiro momento, serem alocados a todos que antes ingressavam no sistema financeiro formal, mas que, por algum motivo, o deixaram. O autor sugeriu que é mais fácil trazer de volta aqueles que já estiveram inseridos no sistema do que atrair aqueles que nunca estiveram. Essa teoria possui alguns méritos, como tentar lidar com o problema da exclusão financeira voluntária, entretanto, também possui alguns deméritos, o mais grave é que ela não prioriza os excluídos de forma involuntária.

⁴ Neste pensamento, o governo pode conceder subsídios para que as instituições financeiras consigam superar os custos resultantes da oferta de serviços gratuitos, com isso quer se dizer que todos terão acesso ao primeiro nível da inclusão financeira, que é a bancarização.

Para a teoria da inclusão financeira focada em grupos vulneráveis que argumenta que os programas de inclusão financeira devem ser direcionados principalmente aos membros mais vulneráveis da sociedade, como pessoas pobres e pequenas empresas. Tem-se a “*teoria da inclusão financeira como um conjunto de sistemas*”⁵, que afirma que os resultados da inclusão financeira são alcançados por meio dos subsistemas existentes; cita-se como exemplo impor regulamentos para que as instituições financeiras ofereçam serviços financeiros de forma acessível e com qualidade para os usuários. Neste grupo de teorias, procura-se mostrar quais devem ser os beneficiados com a promoção da inclusão financeira.

2.1.5.2 Teorias sobre os Processos de Entrega da Inclusão Financeira

Estas teorias, mostram quais são os agentes necessários para a promoção da inclusão financeira.

A teoria da inclusão financeira a partir do escalão comunitário, que afirma que a inclusão financeira deve ser entregue à população excluída a partir de líderes comunitários. Estes podem incentivar os seus membros a participarem do setor financeiro formal. No entanto, essa teoria tem um demérito, se os líderes forem egoístas e corruptos, os resultados almejados provavelmente serão distorcidos, e a inclusão financeira pode não ser alcançada (AFI, 2018).

Segundo Lagarde (2018), a teoria da inclusão financeira como um serviço público, advoga que a inclusão financeira é uma responsabilidade pública que o governo assume com seus cidadãos, logo, espera-se que aquele seja o promotor da agenda de inclusão financeira. Porém, essa teoria tem um importante demérito, ela não considera como relevante a participação do setor privado na promoção da inclusão financeira. De um lado, preconiza que será financiada com dinheiro dos contribuintes, e a receita tributária pode ser insuficiente para que isso aconteça. Outra desvantagem é que o Estado pode usar isso como um poder de controle sobre a sociedade.

Segundo Ahamed & Mallick, (2019), a teoria da inclusão financeira a partir de um agente especial, argumentando que a promoção da inclusão financeira pode ser dificultada por

⁵ Esta teoria reconhece o papel das estruturas económicas para a promoção da inclusão financeira.

questões complexas relacionadas à natureza da comunidade, como seu território e suas estruturas sociais e económicas. Assim, faz-se necessária a atuação de agentes especializados em prol da inclusão financeira. Espera-se que esses agentes sejam qualificados, entendam as peculiaridades do território, da população e das empresas, bem como compreendam que podem existir agentes e instituições financeiras informais, que costumam ser predatórias em suas operações. Devem, também, ser capazes de identificar melhorias passíveis de serem impulsionadas com a inovação; tem-se, por exemplo, o reconhecimento da importância de empresas de alta tecnologia, como as *fintechs*, que podem assumir esse papel de agente especial.

Há a teoria da inclusão financeira a partir da intervenção colaborativa, a qual diz que a inclusão financeira deve ser alcançada através da intervenção colaborativa de múltiplos interessados, ou seja, entende ser necessário um esforço conjunto de vários agentes.

Existe a teoria da inclusão financeira a partir da alfabetização financeira, sugerindo que a inclusão financeira deve ser promovida através da elevação dos níveis de alfabetização financeira dos membros de uma sociedade. Essa teoria argumenta que uma melhor conscientização a respeito de produtos e serviços financeiros é um passo fundamental (Helder & Vasco, 2023).

2.1.5.3 Teorias do Financiamento da Inclusão Financeira

De acordo com Marshall (2004), alguns pesquisadores argumentaram que o sector público, com o dinheiro dos contribuintes, é que deve se responsabilizar pela promoção da inclusão financeira. Sendo que alguns acreditam que o sector privado é que deve se responsabilizar pela promoção da inclusão financeira. Enquanto outros pesquisadores sugeriram que a promoção da inclusão financeira deve ser feita tanto pelo setor público quanto pelo setor privado.

Tem-se a teoria da inclusão financeira a partir do sector público, sugerindo ser de responsabilidade do sector público, através de orçamentos governamentais, a promoção da inclusão financeira. Há alguns argumentos favoráveis a essa teoria, por exemplo, o governo pode taxar rendas mais elevadas para gerar fundos em prol da inclusão financeira em benefício de todos, o que requer, necessariamente, uma redistribuição de

riquezas. Acredita-se que o custo de captação de recursos pode ser menor para o sector público se comparado ao do sector privado. Além disso, o sector público pode evitar que agentes com intenções duvidosas sequestrem a agenda da inclusão financeira em busca de benefícios próprios. No entanto, essa teoria possui alguns graves deméritos, por exemplo, a falta de um bom planeamento pode levar a gastos excessivos e desnecessários, podendo, ainda, resultar em um aumento da dívida pública e todos os seus efeitos adversos (Mehrotra & Yetman, 2015).

Segundo Neaime & Gaysset (2018) a teoria da inclusão financeira a partir do sector privado, que advoga ser de responsabilidade do sector privado a promoção de uma agenda de inclusão financeira. Um dos argumentos favoráveis para essa teoria é que, normalmente, as decisões podem ser tomadas de forma mais ágil em comparação com as do sector público, além disso, instituições privadas podem ser mais eficientes do ponto de vista operacional. Entretanto, há uma importante desvantagem, que está relacionada com a possibilidade de custos mais elevados para pessoas e empresas, já que, inexoravelmente, as instituições privadas buscarão o lucro.

A teoria da inclusão financeira a partir de fundos de intervenção, que diz que a agenda de inclusão financeira pode ser financiada por intervenções de diversos agentes, especiais, que podem ser instituições de filantropia, organizações não governamentais (ONGs), organismos internacionais, governos estrangeiros, entre outros. Essa teoria possui algumas vantagens, por exemplo, ela evita o sequestro político da pauta da inclusão financeira. Também possui algumas desvantagens, a principal está relacionada com a intervenção estrangeira em um determinado país, algo que pode prejudicar sua reputação no cenário internacional (Ozilli, 2020).

2.1.5.4 Resumo das Teorias da Inclusão Financeira

No pensamento de Ozili (2020) até o momento, não há um conjunto robusto de teorias sobre a inclusão financeira. Contudo diz que existem princípios que ajudam na compreensão desse fenómeno social. Em particular o autor sugere as seguintes teorias da inclusão financeira: teorias que explicam quem deve se beneficiar com a inclusão financeira, teorias que explicam o agente responsável pela promoção da inclusão financeira e teorias sobre quem financia a agenda de promoção da inclusão financeira.

Ressalta-se que, mesmo sendo relevante apresentar questões sobre teorias relacionadas ao fenómeno da inclusão financeira, este trabalho não tem o objectivo de fazer um aprofundamento no debate sobre qual pode ser considerada a mais correcta ou qual pode ser considerada como incorrecta.

Em Moçambique a inclusão financeira aproxima-se a teoria da inclusão financeira a partir do sector público, por ser responsabilidade do sector público, através de orçamentos governamentais, a promoção da inclusão financeira, as instituições que levam a cabo a inclusão financeira quer o Banco de Moçambique e a Bolsa de Valores são do domínio de Estado, o que incrementa o nível de despesas e agrava os défices orçamentais, para além não ter um impacto significativo, outro problema está associado a não envolvimento do sector privado nos programas de inclusão financeira (BVM, 2020).

A teoria da inclusão financeira a partir do escalão comunitário que afirma que a inclusão financeira deve ser entregue à população excluída a partir de líderes comunitários, assemelha-se ao programa levado pelo cabo ao Ministério de Economia e Finanças no período de 2010-2015, através do programa de Fundo de Desenvolvimento Distrital. Este programa procurou contribuir para sector financeiro formal, embora não de forma significativa tendo em conta a forma como foi concebida e implementada que não foi estrutural, encontrou o povo moçambicano descapitalizado de literacia financeira. Outro demérito desta teoria é que envolvia se os líderes forem que tinha espírito egoísta, corruptos, e sem capacidade científica de fazer estudos de viabilidade dos projectos o que levou os resultados almejados serem distorcidos, e a inclusão financeira não foi alcançada, ou seja mostra-se decrescente.

2.1.6 Importância da Inclusão Financeira para o Crescimento Económico

1. A inclusão financeira promove o crescimento económico quando as pessoas têm acesso a serviços financeiros, podem economizar, investir e pedir dinheiro emprestado. Essas actividades estimulam o crescimento económico, permitindo que as pessoas iniciem negócios, adquiram ativos e façam outros investimentos produtivos. Além disso, a inclusão financeira pode ajudar a aumentar a eficiência dos mercados financeiros, facilitando o acesso às empresas e para os consumidores acessarem o crédito (Quinonez, 2017).

2. A inclusão financeira reduz a pobreza: a falta de acesso a serviços financeiros pode ser uma barreira significativa para escapar da pobreza. Ao fornecer acesso a ferramentas financeiras, as pessoas podem gerenciar suas finanças com mais eficiência, excepto o futuro e acessar o crédito quando necessário. Isso pode ajudar a quebrar o ciclo da pobreza e melhorar a qualidade de vida das pessoas.

3. A inclusão financeira promove a estabilidade financeira: quando mais pessoas têm acesso a serviços financeiros, pode ajudar a reduzir o risco de crises financeiras. Ao diversificar a gama de produtos e serviços financeiros disponíveis e reduzir a dependência de sistemas financeiros informais, a inclusão financeira pode ajudar a criar um sistema financeiro mais estável e resiliente.

4. A inclusão financeira promove a inclusão social: o acesso a serviços financeiros pode ajudar a reduzir a exclusão social, permitindo que as pessoas participem mais plenamente na economia. Por exemplo, ter uma conta bancária pode facilitar o recebimento de salários ou benefícios do governo, pagar as contas e acessar outros serviços financeiros. Isso pode ajudar a reduzir o risco de exclusão financeira e melhorar o bem-estar geral das pessoas.

5. A inclusão financeira é um componente crítico do desenvolvimento económico. Tem o potencial de reduzir a pobreza, promover a estabilidade financeira e promover a inclusão social. Ao fornecer acesso a serviços financeiros a todos os indivíduos e empresas, podemos criar uma economia mais equitativa e sustentável.

De acordo com Grohmann & Menkhoff, (2017) a inclusão financeira também possui benefícios significativos para as empresas. O acesso a serviços financeiros formais permite que as empresas estabeleçam uma sólida infra-estrutura financeira, gerenciem fluxos de caixa com eficiência e acessem crédito para fins de expansão ou investimento. Para pequenas e médias empresas (PME), que geralmente são a espinha dorsal das economias em todo o mundo, a inclusão financeira pode ser um catalisador de crescimento e criação de empregos fornecer às PME as ferramentas e recursos necessários, elas podem prosperar e contribuir para o desenvolvimento económico.

6. Igualdade de género: a inclusão financeira pode ajudar a preencher a lacuna de género, capacitando economicamente as mulheres. Quando as mulheres têm acesso a serviços financeiros, podem economizar dinheiro, iniciar negócios e tomar decisões financeiras independentes, levando a uma maior igualdade e empoderamento de género.

7. Mitigação de riscos: o acesso a produtos de seguro é um aspecto crucial da inclusão financeira. A cobertura de seguro protege indivíduos e empresas de eventos inesperados, como acidentes, desastres naturais ou emergências de saúde. Ao mitigar os riscos, a inclusão financeira contribui para a estabilidade e a resiliência gerais.

8. Transformação digital: os avanços tecnológicos revolucionaram o sector financeiro.

2.2 Estudos Empíricos

Gregório & Guidotti (1995), a partir de uma grande amostra entre países desenvolvidos, encontraram que o desenvolvimento financeiro está positivamente correlacionado com o crescimento económico. Mas seu impacto muda entre países, e é negativo em um painel de dados para a América Latina. Os autores argumentaram que o principal canal de distribuição do desenvolvimento financeiro para o crescimento é a eficiência, e não o volume de investimentos.

Calderón & Liu (2003), a partir de dados de 109 países em desenvolvimento e desenvolvidos (chamados de industrializados pelos autores), mostraram que o desenvolvimento financeiro contribui para o crescimento económico. Mas o efeito dessa relação é maior em países em desenvolvimento do que nos países desenvolvidos.

Guiso *et al.* (2004), tendo como foco a Itália, investigaram a relação entre o desenvolvimento financeiro local (o que engloba as variáveis da inclusão financeira) e a probabilidade de um indivíduo iniciar seu próprio negócio (empreender). Seus achados demonstram que o desenvolvimento financeiro aumenta a probabilidade de um indivíduo iniciar seu próprio negócio, o que favorece a entrada de novas empresas, aumenta a concorrência e promove o crescimento económico.

Uddin *et al.* (2013) examinaram onexo causal entre o desenvolvimento financeiro e o crescimento económico no Quênia, usando dados que se estendem entre os anos de 1971 a 2011, encontrando um impacto positivo daquela variável nessa última. Argumentaram que o sector financeiro desempenha um papel vital na mobilização e alocação de poupança em empreendimentos produtivos.

Jedidia *et al.* (2014), tendo como foco a Tunísia, averiguaram que o desenvolvimento financeiro impulsiona o crescimento económico. Em específico, mostram que o crédito interno ao sector privado tem um efeito positivo no crescimento económico de longo prazo, mas está sujeito a uma fragilidade financeira no curto prazo.

2.3 Avaliação Crítica dos Estudos Empíricos

Diversos estudos empíricos sugerem que há uma correlação positiva entre inclusão financeira e crescimento económico. Países com maior nível de inclusão financeira geralmente apresentam melhores indicadores de crescimento económico. No entanto, a relação pode ser bidirecional; ou seja, enquanto a inclusão financeira promove o crescimento económico, o crescimento económico também facilita maior inclusão financeira, criando um ciclo virtuoso.

Os estudos empíricos apontam que um sistema financeiro desenvolvido e inclusivo tem o potencial para reduzir custos de transações e custos relacionados à assimetria informacional, além de influenciar positivamente decisões de investimentos, inovações tecnológicas e taxas de crescimento no longo prazo, ou seja a inclusão financeira e o crescimento económico tem uma relação positiva.

Para maior parte dos países em desenvolvimento, como é o caso de Moçambique que apresenta taxas de crescimento económico elevadas e com índice de inclusão financeira baixo, torna-se relevante estudar a relação existente e a contribuição da inclusão financeira para o crescimento económico tendo em conta a dimensão qualitativa e quantitativa. A discussão empírica sobre o impacto da inclusão financeira no crescimento económico de Moçambique revela que, enquanto a inclusão financeira pode ter um impacto positivo significativo através de vários canais, a eficácia desse impacto depende de vários factores contextuais. Modelos teóricos como o crescimento endógeno e a teoria do capital humano fornecem uma base para entender a relação entre inclusão financeira e crescimento económico, mas devem ser ajustados para reflectir as condições específicas de Moçambique. Identificar e superar os desafios da inclusão financeira é crucial para maximizar seus benefícios e promover um crescimento económico sustentável e inclusivo.

CAPÍTULO III: METODOLOGIA DE PESQUISA

A presente pesquisa busca investigar o relacionamento entre a inclusão financeira e o crescimento económico em Moçambique no período de 2005-2022, por meio da correlação estatística e a sua relação de causalidade. Actualmente, não existem muitos estudos que tratem sobre a relação deste tema em Moçambique, devendo nossa pesquisa contribuir com as bases actuais de forma original, ampliando o conhecimento de base científica, como ensina Kothari (2004). Para o alcance deste objectivo, a metodologia encontra-se fundamentada em pesquisas bibliográficas que possam permitir maior fluidez e familiarização com o tema em epígrafe e a subsequente sistematização lógica.

No âmbito da análise quantitativa, os cálculos, a construção de gráficos e tabelas foram feitos com base nos pacotes estatísticos Excel, Gretl e STATA.

Na visão de Mussi (2019), o pesquisador deve escolher o método adequado à produção do saber científico na busca da compreensão e exploração dos fenómenos quotidianos. Deste modo, a presente pesquisa embora estude fenómenos sociais complexos, como a inclusão financeira e o crescimento económico, procura entender este relacionamento por meio de processos e métodos estatísticos, analisando o tema de forma quantitativa, utilizando ao longo do trabalho uma visão exploratória a respeito do tema.

3.1 Procedimento de Colecta de Dados

3.1.1 Fontes de Dados

A colecta de dados secundários é essencial para a análise proposta. Os dados foram extraídos de fontes confiáveis como:

- Banco Mundial: Fornece dados sobre indicadores económicos e financeiros, essenciais para a análise de crescimento económico e inclusão financeira.
- Banco de Moçambique: Oferece informações sobre políticas financeiras e dados estatísticos locais.
- Instituto Nacional de Estatística (INE): Disponibiliza dados sobre crescimento económico e inclusão financeira.

- Penn World Table (PWT10.0): Oferece dados económicos comparáveis internacionalmente.

Além disso, foram utilizados documentos como o Plano Económico e Social (PES) e relatórios académicos e institucionais, que fornecem uma perspectiva adicional sobre as políticas e práticas de inclusão financeira.

Kothari (2004) destaca a importância da coleta de dados de fontes primárias e secundárias para a validade científica da pesquisa. No entanto, ele também sugere que a dependência de dados secundários pode limitar a profundidade da análise. Em contraste, autores como Creswell (2014) e Yin (2018) argumentam que, quando utilizados de forma crítica e bem triangulada, os dados secundários podem oferecer uma visão abrangente e robusta sobre fenómenos complexos.

3.2 Procedimento e Análise dos Dados

3.2.1 Métodos Estatísticos

Para analisar a relação entre inclusão financeira e crescimento económico, foram aplicados métodos estatísticos avançados:

- Correlação de Pearson: Avalia a força e a direção da relação linear entre as variáveis de inclusão financeira e crescimento económico. A correlação de Pearson é amplamente utilizada para identificar relações lineares, conforme descrito por Field (2013). Contudo, esta abordagem pode não captar relações não lineares ou complexas.
- Análise de Variância (ANOVA): Utilizada para testar a significância estatística das diferenças entre grupos. Conforme sugerido por Hair et al. (2014), a ANOVA ajuda a identificar se as médias das variáveis são estatisticamente diferentes. No entanto, essa técnica pode ser limitada se não forem considerados os pressupostos de homocedasticidade e normalidade.

Tabela 3.1: Definição das Variáveis do Estudo

Categoria	Variável	Descrição	Unidade de Medida	Fonte de Dados
Crescimento Económico	Taxa de Crescimento Económico (TCE)	Taxa anual de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de Moçambique.	% do PIB	Instituto Nacional de Estatística (INE), Banco Mundial
Inclusão Financeira	Percentual da População com Conta Bancária	Proporção da população adulta que possui uma conta bancária.	% da população adulta	Banco de Moçambique, Banco Mundial
	Percentual de Adultos com Acesso a Crédito	Proporção da população adulta que tem acesso a serviços de crédito.	% da população adulta	Banco de Moçambique, Banco Mundial
	Valor Total de Depósitos	Total de depósitos bancários na economia, refletindo o montante de poupança.	Milhões de Meticais	Banco de Moçambique
	Valor Total de Crédito	Total de crédito concedido pelos bancos na economia.	Milhões de Meticais	Banco de Moçambique
Acesso Geográfico e Demográfico	Acesso Geográfico a Serviços Financeiros	Número de pontos de acesso aos serviços financeiros por 10.000 habitantes.	Pontos de acesso por 10.000 habitantes	Instituto Nacional de Estatística (INE), Banco de Moçambique
	Acesso Demográfico a Serviços Financeiros	Número de pontos de acesso aos serviços financeiros por 1.000 adultos.	Pontos de acesso por 1.000 adultos	Instituto Nacional de Estatística (INE), Banco de Moçambique
Intermediação Financeira	Crédito à Economia (em % do PIB)	Proporção do crédito total concedido pela economia em relação ao PIB.	% do PIB	Banco de Moçambique, Banco Mundial
	Depósitos (em % do PIB)	Proporção do total de depósitos bancários em relação ao PIB.	% do PIB	Banco de Moçambique, Banco Mundial

Fonte: Elaborado por autor (2024)

3.3 Descrição das Variáveis

1. Taxa de Crescimento Económico (TCE): Mede o crescimento anual do PIB, essencial para avaliar o impacto económico geral.
2. Percentual da População com Conta Bancária: Indicador chave da inclusão financeira, mostrando a penetração dos serviços bancários na população.
3. Percentual de Adultos com Acesso a Crédito: Reflecte a acessibilidade dos serviços de crédito e a capacidade dos indivíduos de obter financiamento.
4. Valor Total de Depósitos e Crédito: Estes valores ajudam a medir a profundidade do sistema financeiro e sua capacidade de fornecer serviços financeiros para poupança e empréstimos.
5. Acesso Geográfico e Demográfico a Serviços Financeiros: Indicadores que mostram a distribuição espacial e a cobertura de serviços financeiros em relação à população, permitindo a análise da acessibilidade dos serviços.
6. Crédito à Economia e Depósitos (em % do PIB): Medem a intermediação financeira e mostram como os serviços financeiros estão integrados na economia, reflectindo a relação entre o sistema financeiro e o crescimento económico.

3.4 Procedimentos para Garantir a Qualidade dos Dados

3.4.1 Qualidade dos Dados

Para assegurar a qualidade dos dados utilizados na pesquisa, foram seguidos os seguintes procedimentos:

- Validação de Fontes: Verificação da confiabilidade e actualidade das fontes, como recomendado por Babbie (2013), que sugere a utilização de dados provenientes de instituições reconhecidas.
- Consistência e Completeness: Revisão dos dados para garantir sua integridade e precisão, conforme indicado por Bryman (2016).
- Triangulação de Dados: Utilização de múltiplas fontes e conjuntos de dados para confirmar a validade dos resultados, alinhada com a abordagem defendida por Denzin (1978) sobre a importância da triangulação para aumentar a robustez da pesquisa.

Os procedimentos adotados são consistentes com as práticas descritas por Babbie (2013) e Bryman (2016), que defendem a validação e a consistência dos dados para garantir a qualidade da pesquisa. A triangulação de dados, conforme descrito por Denzin (1978), é uma abordagem crucial para aumentar a robustez e a validade dos resultados, alinhando-se com as melhores práticas na pesquisa científica.

A metodologia adotada para investigar o impacto da inclusão financeira no crescimento económico de Moçambique é fundamentada em abordagens quantitativas rigorosas e na análise crítica da literatura existente. A utilização de dados secundários e métodos estatísticos avançados permite uma análise aprofundada da relação entre inclusão financeira e crescimento económico, contribuindo para o avanço do conhecimento na área. A comparação com diversos autores e abordagens metodológicas oferece uma perspectiva abrangente e robusta sobre a eficácia e as limitações da metodologia aplicada.

CAPÍTULO IV: EVOLUÇÃO DA INCLUSÃO FINANCEIRA EM MOÇAMBIQUE

Neste capítulo, propomos uma análise aprofundada da evolução da inclusão financeira em Moçambique, desde a sua formação até as atuais práticas e desafios enfrentados. Através da exploração da história da inclusão financeira, particularmente no contexto pós-independência, buscamos identificar os principais marcos e políticas implementadas que moldaram o acesso aos serviços financeiros no país. Ao longo deste capítulo, pretende-se ilustrar a dinâmica entre as iniciativas de inclusão e os contextos sociais e económicos que influenciaram seu desenvolvimento, permitindo uma compreensão mais ampla do panorama actual da inclusão financeira em Moçambique.

4.1 História de Inclusão Financeira em Moçambique

Desde a independência nacional, em 1975, até aos tempos recentes a preocupação com o alargamento dos serviços financeiros em áreas geográficas esteve sempre presente na agenda das instituições com autoridade financeira em Moçambique. Numa primeira fase, foi adoptada uma estratégia que consistia na implementação de postos de captação de poupanças pelo Banco Popular de Desenvolvimento (BPD) (BdM, 2017).

A evidência histórica mostra ainda que, devido aos efeitos doloridos da guerra, a intensificação do banditismo, contrabando, sabotagem, destruição do equipamento, e não só, observou-se um enceramento de muitas representações bancárias em vários pontos do país, o que em parte, contribuiu para que houvesse maior concentração dos serviços financeiros nos principais centros urbanos (BdM, 2017).

Este cenário reverteu-se no início da década de 1990, com a aprovação da Lei n° 28/91, de 31 de Dezembro, que permitiu a entrada de operadores privados nacionais e estrangeiros, e desde o ano de 2003 que o papel dos bancos privados tem vindo a aumentar, constituindo em 2013 cerca de 95% do total dos ativos do sistema financeiro (BdM, 2000-2023). Uma outra medida adoptada consiste nas reformas do Sistema Financeiro, advindo da adesão às instituições de Bretton Woods, que permitiu a implementação do Programa de Reabilitação Económica (PRE), em Janeiro de 1987.

Foram introduzidas alterações pela Lei n° 9/2004, de 21 de Julho em 2004, ao regime geral das instituições de crédito e sociedades financeiras (Lei n° 15/99, de 1 de

Novembro), tal situação constitui um marco importante a reter, pelo que, criaram condições legais para o surgimento de novas categorias de instituições, com destaque para microbancos e instituições de moeda eletrónica. Em 2007, o Banco de Moçambique (BdM) adaptou a Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR) e Estratégia de Bancarização da Economia (EBE), com o objectivo de promover a expansão da actividade bancária e financeira nas áreas rurais (BVM, Relatório de Inclusão Financeira 2022, 2023).

4.1.1 Evolução do Índice de Inclusão Financeira 2005-2022

O Índice de Inclusão Financeira, usado neste trabalho, é um indicador tridimensional que ilustra o nível de acesso geográfico e demográfico aos produtos e serviços financeiros, bem como, o uso efectivo destes. Este índice foi calculado pelo Banco de Moçambique, incorporando os agregados tridimensionais estabelecidos por (BVM, 2020) são:

- ✓ A penetração geográfica;
- ✓ A penetração demográfica;
- ✓ O grau de utilização do sistema financeiro.

É relevante referir que os indicadores de inclusão financeira variam de acordo com a natureza e complexidade do sistema financeira de cada país, e para Moçambique, o Banco de Moçambique recorrendo à uma abordagem do lado da oferta dos produtos e serviços financeiros, este índice possui 14 indicadores que são descritos na tabela seguinte:

Tabela 4.2: Indicadores de Índice de Inclusão Financeira

Dimensão	Indicadores
Acesso geográfico	<ol style="list-style-type: none"> 1. Número de agências (bancos, microbancos e cooperativas de crédito) por 10.000 km²; 2. Número de operadores de microcrédito e organizações de poupança e empréstimo por 10.000 km²; 3. Número de agentes de instituições de moeda eletrónica por 10.000 km²; 4. Número de ATM por 10.000 km²;

Acesso demográfico	<p>5. Número de POS por 10.000 km²</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Número de agências (bancos, microbancos, cooperativas de crédito e organizações de poupança e empréstimo) por 1.000 adultos; 2. Número de operadores de microcrédito e organizações de poupança e empréstimo por 1.000 km²; 3. Número de agentes de instituições de moeda eletrônica por 1.000 adultos; 4. Número de ATM por 1.000 adultos; 5. Número de POS's por 1.000 adultos.
Uso	<ol style="list-style-type: none"> 1. Depósitos (volume) por cada 1.000 adultos; 2. Depósitos (valor) por PIB 3. Crédito (volume) por 1.000 adultos; 4. Crédito (valor) por PIB.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Tabela 4.3: Categorização do Índice de Inclusão Financeira

Categoria	Classificação	Descrição
1^a	$50 \leq \text{IIF} \leq 100$	Alto nível de Inclusão Financeira
2^a	$30 \leq \text{IIF} < 50$	Médio nível de Inclusão Financeira
3^a	$0 \leq \text{IIF} < 30$	Baixo nível de Inclusão Financeira

Fonte: Elaborado com base nos estudos de Sarma (2008)

De acordo com Sarma (2008, p. 12), o índice de inclusão financeiro e categorizado por intervalos conforme indica a tabela, embora a literatura indique outros intervalos de categorização para este índice⁶.

⁶ Mehrotra et al (2014), categorizam os níveis de inclusão financeira nos seguintes termos: (i) de $0 < \text{IIF} \leq 0.20$:muito baixa; (ii), $0.20 < \text{IIF} \leq 0.40$:baixa; (iii) , $0.40 < \text{IIF} \leq 0.60$:média; e (iv) $0.60 < \text{IIF} \leq 1$: elevada.

4.2 Evolução da Inclusão Financeira em Moçambique (2005-2022)

A inclusão financeira é uma variável crucial para o crescimento económico, permitindo que indivíduos e empresas acessem e utilizem serviços financeiros de forma eficaz. Em Moçambique, a evolução da inclusão financeira entre 2005-2022 mostra um crescimento significativo, reflectido em vários indicadores.

Tabela 4.4: Indicadores de Inclusão Financeira em Moçambique (2005-2022)

Ano	Percentual da População com Conta Bancária (%)	Percentual de Adultos com Acesso a Crédito (%)	Valor Total de Depósitos (milhões USD)	Valor Total de Crédito (milhões USD)
2005	12.0	8.5	3.5	2.8
2010	17.0	13.0	4.8	4.0
2015	22.0	18.0	6.0	5.3
2020	27.0	23.0	7.2	6.6
2022	29.0	25.0	7.8	7.2

Fonte dos Dados: Banco Mundial, Banco de Moçambique, Instituto Nacional de Estatística

4.2.1 Análise da Evolução

Os dados mostram uma tendência clara de crescimento na inclusão financeira em Moçambique. O percentual da população com contas bancárias aumentou de 8.5% em 2005 para 29.0% em 2022, e o percentual de adultos com acesso a crédito passou de 2.4% para 25.0%. O valor total de depósitos e créditos também cresceu substancialmente.

Demirgüç-Kunt e Klapper (2012) argumentam que a inclusão financeira é um factor importante para o crescimento económico, pois facilita o acesso ao crédito e aumenta a capacidade de poupança dos indivíduos. O aumento no percentual de adultos com contas bancárias e acesso a crédito em Moçambique está alinhado com a teoria de Demirgüç-Kunt e Klapper. O crescimento no valor total de depósitos e crédito também sugere uma maior capacidade de poupança e acesso a recursos financeiros, o que pode impulsionar o desenvolvimento económico.

Beck, Demirgüç-Kunt, e Levine (2007) destacam que a inclusão financeira melhora a eficiência dos mercados financeiros e promove a alocação de recursos, o que é crucial para o crescimento económico. A melhoria na inclusão financeira em Moçambique, reflectida pelo aumento dos valores de depósitos e crédito, está de acordo com a visão de Beck et al. (2007). A expansão do sistema financeiro pode contribuir para uma alocação mais eficiente dos recursos e apoiar o crescimento económico sustentável.

Muriithi (2020) enfatiza que, apesar dos avanços, ainda existem desafios como a desigualdade no acesso e a falta de infra-estrutura adequada que podem limitar a eficácia da inclusão financeira. Embora Moçambique tenha mostrado avanços significativos, os desafios mencionados por Muriithi são pertinentes. Apesar da melhoria nos indicadores de inclusão financeira, ainda existem áreas remotas e populações vulneráveis com acesso limitado a serviços financeiros, o que pode limitar o impacto total da inclusão financeira.

De acordo com Porteous (2006) argumenta que a inclusão financeira não é apenas sobre o acesso a produtos financeiros, mas também sobre a qualidade e adequação desses produtos para as necessidades dos clientes. Em Moçambique, o aumento no percentual da população com contas bancárias e acesso a crédito é positivo, mas é crucial considerar também a qualidade dos serviços financeiros oferecidos. A adequação dos produtos financeiros às necessidades da população deve ser uma área de foco para garantir que o crescimento da inclusão financeira seja efectivo e sustentável.

4.2.2 Exemplos de Políticas e Iniciativas em Moçambique

4.2.2.1 Programas de Microfinanças

Iniciativas como o Programa de Microfinanças de Moçambique visam fornecer acesso a serviços financeiros a pequenos empresários e indivíduos de baixa renda. Esses programas têm contribuído para o aumento do número de pessoas com acesso a crédito e serviços bancários.

4.2.2.2 Educação Financeira

Programas de educação financeira têm sido implementados para aumentar a conscientização sobre a importância dos serviços financeiros e como utilizá-los efectivamente. A educação financeira tem ajudado a melhorar a capacidade da população de gerenciar suas finanças e utilizar produtos financeiros de maneira eficaz.

4.2.2.3 Inovação em Tecnologia Financeira (Fintech)

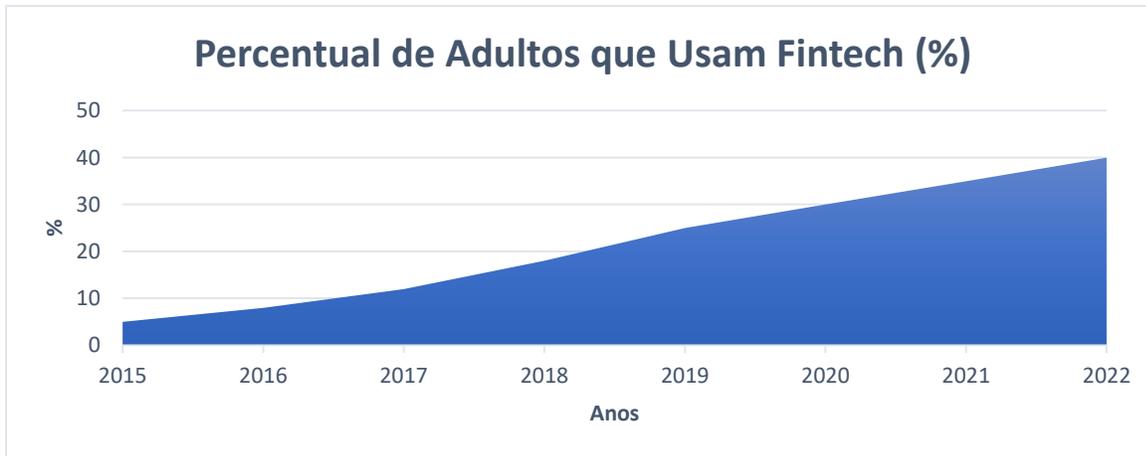
O desenvolvimento de soluções *fintech* tem facilitado o acesso a serviços financeiros, especialmente em áreas remotas. As soluções *fintech*, como pagamentos móveis e plataformas de microcrédito, têm expandido o alcance dos serviços financeiros.

Tabela 4.5: Políticas e Iniciativas de Inclusão Financeira em Moçambique

Política/Iniciativa	Descrição	Impacto
Programa de Microfinanças	Fornecimento de crédito e serviços financeiros a pequenos empreendedores.	Aumento no número de pessoas com acesso a crédito.
Educação Financeira	Programas educativos sobre finanças pessoais e gestão.	Melhoria na gestão financeira da população.
Soluções Fintech	Desenvolvimento de plataformas de pagamentos móveis e microcrédito.	Expansão do acesso a serviços financeiros em áreas remotas.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Gráfico 5.1: Adopção de Soluções Fintech em Moçambique (2015-2022)



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

O gráfico ilustra um aumento contínuo na adoção de soluções *fintech* em Moçambique de 2015 a 2022. A partir de uma base relativamente baixa de 5% em 2015, a adoção aumentou para 40% em 2022. Este crescimento reflecte a expansão dos serviços de *fintech*, como pagamentos móveis e plataformas de microcrédito, que têm ajudado a melhorar o acesso financeiro em áreas anteriormente desatendidas.

De acordo com Jack e Suri (2014) demonstram que a adoção de soluções *fintech* pode melhorar o acesso a serviços financeiros e facilitar a inclusão financeira, especialmente em áreas rurais e menos desenvolvidas.

O aumento no uso de soluções *fintech* em Moçambique, como mostrado no gráfico, está alinhado com as descobertas de Jack e Suri. A adoção crescente sugere que as soluções *fintech* estão desempenhando um papel importante na inclusão financeira no país.

Segundo Ghosh e Chatterjee (2020) destacam que a inovação tecnológica é crucial para melhorar a inclusão financeira, mas também enfatizam a necessidade de infra-estrutura adequada e políticas de suporte.

O crescimento observado no gráfico indica progresso na adoção de *fintech*, mas é importante considerar a adequação da infra-estrutura e das políticas de suporte para maximizar os benefícios dessas tecnologias.

A evolução da adoção de soluções *fintech* em Moçambique demonstra um avanço significativo na inclusão financeira. Com o aumento no percentual de adultos que utilizam essas soluções, o país está avançando na modernização do sistema financeiro e ampliando o acesso a serviços essenciais. No entanto, a continuidade desse crescimento dependerá da superação de desafios como a infra-estrutura e a implementação de políticas adequadas para apoiar a expansão das soluções *fintech*.

A análise da evolução da inclusão financeira em Moçambique entre 2005 e 2022 revela avanços significativos, com aumentos notáveis no percentual da população com contas bancárias e acesso a crédito. Os dados são consistentes com as teorias de autores como Demirgüç-Kunt e Klapper (2012) e Beck et al. (2007), que destacam a importância da inclusão financeira para o crescimento económico. No entanto, desafios permanecem, como a desigualdade no acesso e a qualidade dos serviços financeiros, conforme apontado por Muriithi (2020) e Porteous (2006). Políticas e iniciativas, como programas de microfinanças e soluções *fintech*, têm contribuído para a melhoria da inclusão financeira, mas ainda há espaço para avanços adicionais.

4.3 Evolução do Índice Inclusão Financeira por Província (2005-2022)

O Índice de Inclusão Financeira⁷ em cada uma das províncias do país, ao longo deste período (2005-2022) mostra uma evolução ascendente, sendo de destacar a região de Maputo que evoluiu em aproximadamente, 6,95pp e 3,67pp na Cidade de Maputo e Província de Maputo, respetivamente. Estas duas províncias, apresenta-se com um maior nível de concentração de acesso geográfico e demográfico dos produtos e serviços financeiros, bem como, a instrumentalização efectiva destes.

⁷ Embora O Índice de Inclusão Financeira (IIF), calculado pelo BM, continuou a registar uma ligeira diminuição em 2022, em relação ao ano de 2021, tendo-se situado em 12,14 pontos, contra os 12,76 pontos de 2021, o que representa uma redução em cerca de 0,62 pontos.

As Províncias, da Cidade de Maputo e a província de Maputo, para o ano de 2022 observaram, respectivamente, um IIF de aproximadamente 86,76 e 9,94, contra o ano de 2005 que apresentou-se com 80 e 6.

Nas restantes oito províncias (Cidade de Maputo, Província de Maputo e Inhambane), em 2022, o IIF encontra-se abaixo de 8 pontos sendo de destacar as províncias de Zambézia e Niassa que apresentam, respetivamente, índice alto e baixo em aproximadamente 2,5 e 2,95 pontos. Nestas 8 províncias, estes indicadores ilustram um desafio que recai sobre o sistema financeiro moçambicano na melhoria de processos na definição de estratégias que possam permitir um maior nível de abrangência e acessibilidade dos produtos e serviços financeiros pelas agentes económicos, ano obstante a observação do IIF global com uma variação de 3,02pp de 2005 -2022.

Tabela 4.6: Distribuição das Dimensões de Acesso e Uso em 2022 e a Evolução do IIF por Província 2005-2022

Províncias	Índice de Acesso e Uso (2022)			Índice de Inclusão financeira		
	Geográfico	Demográfico	Uso	2005	2022	Variação
Cidade de Maputo	100,00	73,67	86,61	79,81	86,76	6,95
Província de Maputo	2,43	17,32	8,73	5,82	9,49	3,67
Gaza	1,67	10,53	5,45	3,13	5,89	2,76
Inhambane	1,29	16,89	8,03	2,61	8,74	6,13
Sofala	1,00	5,81	4,20	1,54	3,67	2,13
Manica	2,96	5,72	3,55	2,06	4,08	2,02
Tete	1,13	4,90	2,97	1,17	3,00	1,83
Zambézia	1,56	3,53	2,41	0,99	2,50	1,51
Nampula	1,99	4,78	3,00	1,72	3,26	2,42
Niassa	1,88	4,48	3,40	0,82	3,25	2,43
Cabo Delgado	0,54	5,03	3,29	1,93	2,95	1,02
IIF Moçambique	10,54	13,88	11,97	9,12	12,14	3,02

Fonte: Elaborado com base nos dados de BdM (2022) e BdM (2013)

No que se refere ao acesso demográfico por tipo de ponto de acesso, verifica-se que a maior cobertura da população adulta foi através dos agentes não bancários, com 848 pontos de acesso por cada 100 mil adultos, representando um incremento de 52,6%, relativamente a 2021, a seguir foram os POS, com 224 pontos por cada 100 mil adultos, contra 217 pontos por cada 100 mil adultos em 2021, representando um crescimento de 3,5%, quando comparado com 2021.

No que diz respeito ao acesso geográfico foram registados 2477 pontos de acesso por cada 10 mil km², contra 1755 observados em 2021, representando um incremento de 41,1%.

À semelhança do acesso demográfico, concorreram em grande medida para este resultado os agentes das IME e POS, com 1891 agentes e 501 POS por cada 10 mil km², representando uma subida de 55,8% e 5,7%, respectivamente, quando comparados a 2021.

Em 2022, no tocante às distribuições de Acesso Geográfico e Demográfico e Uso, para além da Cidade de Maputo que apresenta 100, 73.67 e 86.61 pontos nos três indicadores, a Província de Maputo apresenta-se como a segunda que possui estes indicadores com um nível elevado, sendo de 2.43, 17.32 e 8.73 pontos, respectivamente.

Em relação ao Indicador de Acesso Geográfico, as restantes províncias (com exceção das províncias de Maputo Cidade, Maputo Província, Manica), apresentam-se num nível abaixo de, aproximadamente 2 pontos, cenário que difere no Indicador de Acesso Demográfico, onde a província de Gaza (10.73 pontos) e Inhambane (16.89 pontos), apresentam-se com indicadores com dois dígitos os restantes com um nível de um dígito.

A Província de Inhambane (8,03 pontos) e Gaza (5,45 pontos) depois da região de Maputo apresenta-se como as províncias que mais usam dos produtos e serviços financeiros de que o sistema financeiro nacional dispõe, e os restantes com um nível até aproximadamente 5 pontos.

4.4 Avaliação do Índice de Inclusão Financeira de Moçambique e sua Relação com Crescimento Económico no período de 2005-2022

A avaliação do Índice de Inclusão Financeira e sua relação com o crescimento económico de Moçambique no período de 2005-2022 envolve diversos factores positivos e negativos.

4.4.1 Pontos Positivos

O aumento no número de instituições financeiras e agências bancárias, especialmente em áreas rurais, facilitou o acesso da população a serviços bancários, a expansão de serviços bancários móveis e digitais possibilitou que mais pessoas tivessem acesso a contas bancárias, transferências e outros serviços financeiros, o desenvolvimento do sector de microfinanciamento ajudou pequenos empreendedores e agricultores a obterem crédito, fomentando actividades económicas locais e gerando emprego (Relatório de Inclusão Financeira, 2023).

De acordo com BVM (2023) campanhas de educação financeira aumentaram o conhecimento da população sobre gestão financeira e uso de serviços bancários, contribuindo para um uso mais eficaz e sustentável desses serviços. Melhorias na regulação e supervisão do sector financeiro aumentaram a confiança no sistema bancário, incentivando mais pessoas a utilizarem serviços financeiros formais. Programas direcionados para incluir mulheres e jovens no sistema financeiro ajudaram a reduzir disparidades económicas e promover a igualdade de oportunidades. A maior inclusão financeira levou a um aumento nos investimentos em pequenos negócios e agricultura, impulsionando o crescimento económico em diversas regiões. Com mais pessoas usando serviços bancários, houve uma maior mobilização de poupança interna, que pode ser canalizada para investimentos produtivos.

4.4.2 Pontos Negativos

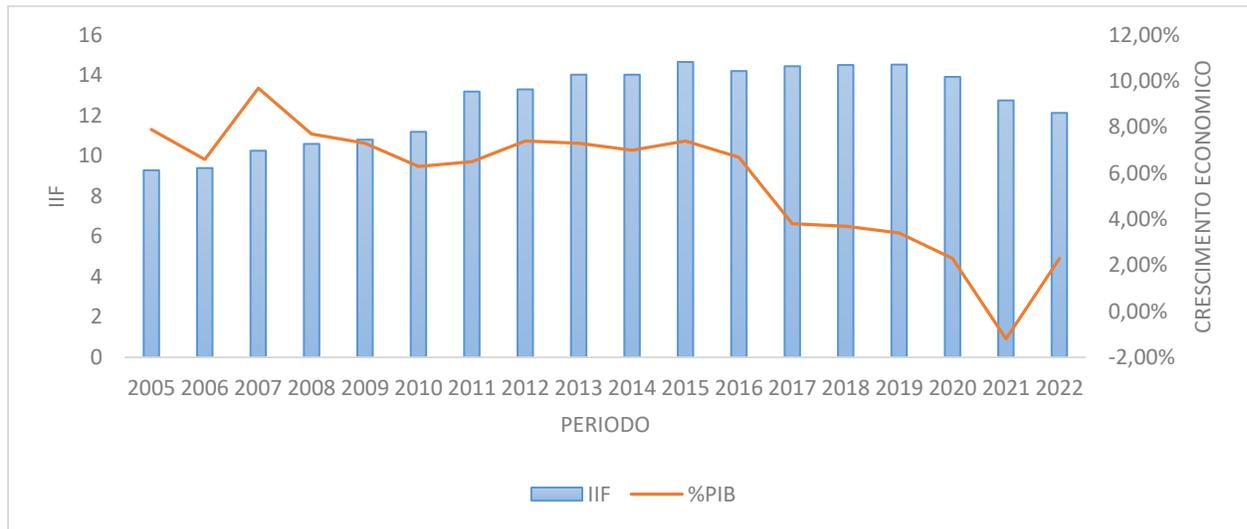
Apesar dos avanços, ainda existem disparidades significativas no acesso aos serviços financeiros entre áreas urbanas e rurais, e entre diferentes grupos socioeconómicos. Muitos indivíduos ainda carecem de conhecimentos básicos sobre finanças, o que limita sua capacidade de usar efectivamente os serviços financeiros disponíveis (BVM, Bolsa de Valores de Moçambique, 2020)

Problemas de infra-estrutura, como conectividade de internet e energia eléctrica, dificultam a expansão de serviços bancários digitais em algumas regiões. As altas taxas e comissões cobradas pelos serviços financeiros podem ser um impedimento para a inclusão financeira de populações de baixa renda. A concentração do mercado em poucas grandes instituições financeiras pode limitar a competição e a inovação, impactando negativamente a qualidade e a acessibilidade dos serviços.

Instabilidade económica e política, incluindo flutuações cambiais e inflação, podem afectar a confiança no sistema financeiro e desestimular o uso de serviços bancários. O acesso facilitado ao crédito, sem a devida educação financeira, pode levar ao endividamento excessivo e à inadimplência, prejudicando a economia.

CAPÍTULO V: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Gráfico 5.2: Relação entre Crescimento Económico e Índice de Inclusão Financeira 2005-2022



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

De acordo com o gráfico acima observa-se a relação entre o índice de inclusão financeira e crescimento económico de Moçambique no período de 2005-2022, sendo que as duas variáveis apresentam uma tendência ascendente com certas oscilações, onde as mesmas para os últimos 3 anos tiveram tendência negativa, olhando os choques externos, os ciclones e a pandemia de COVID-19, afectaram negativamente a economia. No concernente ao índice de inclusão financeira foi afectada pela redução de pessoas adultas que tenham contas bancárias, para além de certos requisitos necessários para abertura de contas móveis tais como emola, m-pesa, para além de riscos que os agentes económicos incorrem ao usar contas electrónicas. O gráfico intitulado Relação entre Crescimento Económico e Índice de Inclusão Financeira 2005-2022 mostra dois indicadores-chave ao longo do período determinado: o Índice de Inclusão Financeira (IIF) e crescimento económico representado por PIB, mede o grau de inclusão financeira, com valores mais elevados indicando melhor inclusão financeira.

A IIF apresenta algumas flutuações, mas permanece relativamente estável, variando entre aproximadamente 10 e 15 durante o período. Há um ligeiro declínio de 2005 para 2008, seguido de estabilidade e um ligeiro aumento nos últimos anos.

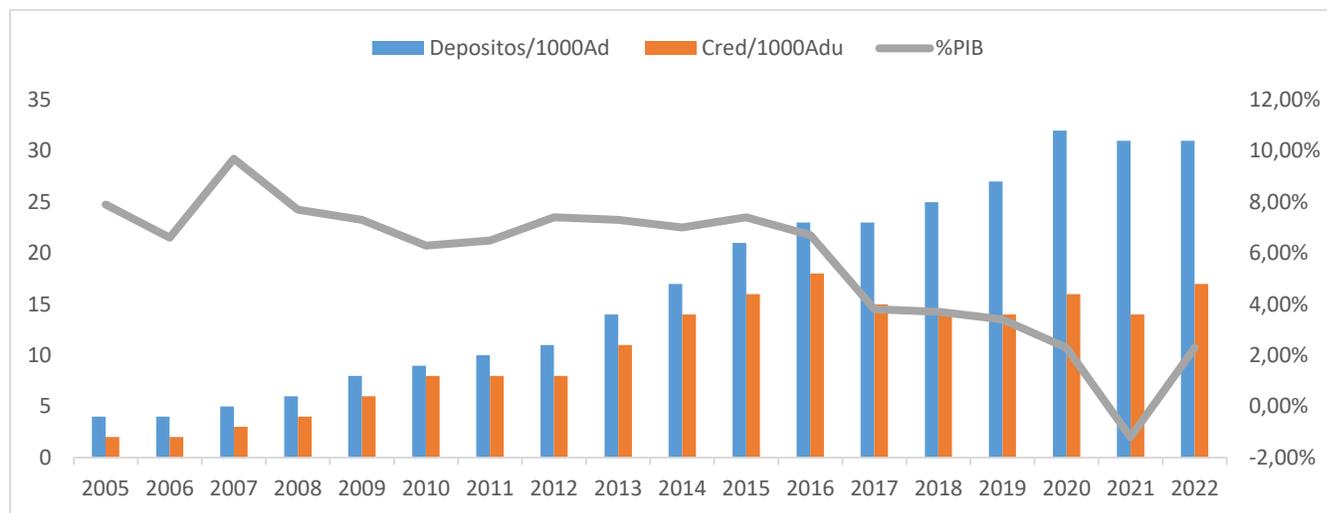
5.1 Crescimento Económico (%PIB)

Há um declínio notável no crescimento económico entre 2007 e 2009, seguido por um período de flutuação. A taxa de crescimento acelera por volta de 2010, mas depois mostra um declínio gradual a partir de 2012, atingindo um crescimento negativo por volta de 2020. Os dados indicam uma recuperação em 2022. A IIF inicialmente diminui, indicando um declínio potencial na inclusão financeira.

O crescimento económico também diminui, possivelmente devido à crise financeira global de 2008. O IIF se estabiliza e apresenta ligeiro aumento, reflectindo melhorias nos esforços de inclusão financeira. O crescimento económico flutua, mas apresenta períodos de recuperação, indicando potencialmente a recuperação da economia pós-crise.

O crescimento económico apresenta um declínio gradual a partir de 2015, atingindo um crescimento negativo por volta de 2020, provavelmente impactado por acontecimentos globais como a pandemia da COVID-19. Há uma recuperação do crescimento económico em 2022, sugerindo uma potencial recuperação económica.

Gráfico 5.3: Relação de Intermediação Financeira e o Crescimento Económico de 2005-2022



Fonte: Elaborado por autor (2024)

O gráfico acima expressa a intermediação financeira mediada em termos de Crédito à Economia por 1.000 Adultos e a intermediação da poupança medido em termos de Depósitos Totais por 1.000 Adultos com o crescimento económico de Moçambique.

Ao longo do período em alusão, é possível observar que tanto o nível de intermediação financeira, de um lado, assim como a intermediação da poupança, por outro, ambos observaram um comportamento crescente ao longo da tendência, juntamente com o crescimento económico, mas ainda é notório que o crescimento económico não é acompanhado pela inclusão financeira, ou seja por mais que as variáveis como indicadores de intermediação financeira melhoraram positivamente ao longo de período de 2005-2022, nada explica que a intermediação financeira levou ao crescimento económico, o que pode ser justificado pela falta de alguns instrumentos e produtos financeiros que alguns distritos não dispõe, ou seja apesar de haver maior crédito em cada 1000 adultos, este cenário é influenciado pelas províncias de Maputo e Cidade de Maputo.

A intermediação da poupança em Moçambique enfrenta vários desafios que impactam negativamente a eficiência do sistema financeiro do país e o crescimento económico. Grande parte da população moçambicana não tem acesso a serviços financeiros formais.

A falta de agências bancárias em áreas rurais, o custo elevado de manutenção de contas e a falta de educação financeira contribuem para essa baixa inclusão.

A infra-estrutura bancária e tecnológica em Moçambique é limitada, dificultando a expansão e a eficiência dos serviços financeiros. A falta de sistemas de pagamento electrónicos eficientes e a baixa penetração de internet são obstáculos significativos. A confiança da população no sistema bancário é baixa, muitas vezes devido a experiências negativas passadas, como falências bancárias ou práticas bancárias pouco transparentes.

As taxas cobradas pelos serviços bancários são relativamente altas, o que desencoraja a poupança e o uso de serviços financeiros formais. Isso é especialmente problemático para pessoas de baixa renda. Moçambique enfrenta uma volatilidade económica significativa, incluindo inflação elevada, desvalorização da moeda e instabilidade política. Esses factores aumentam os riscos para investidores e depositantes. A corrupção e a fraude no sector financeiro minam a confiança no sistema bancário e podem resultar em perdas significativas para poupadores e investidores.

A regulação e supervisão do sector bancário podem ser inadequadas, o que permite a prática de actividades financeiras arriscadas e compromete a estabilidade do sistema financeiro.

A falta de educação financeira entre a população limita a compreensão e a utilização de produtos financeiros, como contas de poupança e investimentos. O mercado financeiro moçambicano é pouco diversificado, oferecendo poucas opções de investimento além de contas de poupança tradicionais, o que reduz o incentivo para poupar.

A economia de Moçambique enfrenta vários problemas, como uma base industrial limitada, alta dependência de exportações de recursos naturais e dívida externa elevada. Esses problemas estruturais impactam a capacidade de gerar e canalizar poupança de maneira eficiente. Esses desafios exigem uma abordagem abrangente que inclua políticas de inclusão financeira, melhorias na infra-estrutura financeira, aumento da educação financeira e reformas regulatórias para fortalecer a confiança e a eficiência do sistema financeiro em Moçambique.

A intermediação financeira em Moçambique, especialmente em termos de crédito à economia por 1.000 adultos e seu impacto no crescimento económico, pode ser analisada ao longo do período de 2005 a 2022.

5.2 Crédito à Economia por 1.000 Adultos e Crescimento Económico

A medida de crédito à economia por 1.000 adultos é uma forma de avaliar a extensão da intermediação financeira no país. Este indicador reflecte o acesso e a utilização do crédito pela população adulta, sendo crucial para o crescimento económico.

Entre 2005 e 2022, houve esforços significativos para aumentar o acesso ao crédito em Moçambique, com iniciativas voltadas para a inclusão financeira e a expansão da rede bancária. No entanto, a taxa de concessão de crédito ainda é baixa em comparação com outras economias da região. Isso se deve a factores como a falta de garantias, alta informalidade da economia e riscos percebidos pelos bancos.

O crédito concedido é frequentemente concentrado em áreas urbanas, com sectores como comércio e serviços recebendo a maior parte dos financiamentos. As áreas rurais e o sector agrícola, apesar de serem vitais para a economia, recebem uma parcela menor do crédito disponível. O crescimento económico de Moçambique durante este período foi influenciado por vários factores, incluindo o acesso ao crédito.

De 2005 a 2015, Moçambique experimentou uma média de crescimento do PIB relativamente alta, impulsionada por investimentos em recursos naturais, como gás natural e carvão. A partir de 2016, o crescimento económico desacelerou devido a factores como a crise da dívida oculta, que reduziu a confiança dos investidores e aumentou os custos de financiamento.

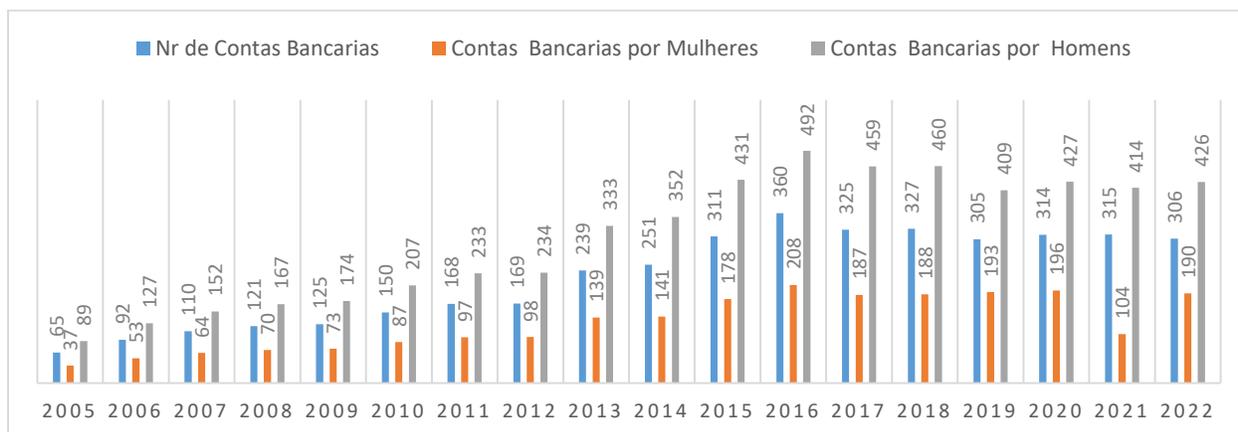
O aumento do crédito à economia pode ter um efeito positivo no crescimento económico ao financiar investimentos em capital produtivo, aumentar a capacidade de produção e fomentar o consumo. Contudo, a efectividade desse crédito depende da sua alocação eficiente. Em Moçambique, desafios como a alocação ineficiente de crédito, corrupção e a falta de infra-estruturas adequadas limitam o impacto positivo potencial do crédito no crescimento económico tal como concluiu o estudo de (Calderon & Liu, 2003).

5.3 Desafios e Tendências de Intermediação de Poupança em Moçambique

Apesar dos esforços, a inclusão financeira ainda é um desafio. Muitas pessoas continuam excluídas do sistema financeiro formal, o que limita o alcance do crédito.

Melhorias na infra-estrutura bancária e a adoção de tecnologias financeiras (*fintech*) podem aumentar o acesso ao crédito e melhorar a intermediação financeira. A estabilidade macroeconómica é crucial para o crescimento sustentável. A inflação, a estabilidade da moeda e a gestão da dívida pública influenciam directamente a confiança no sistema financeiro e o acesso ao crédito. Fortalecer a regulação e supervisão do setor bancário é essencial para garantir a alocação eficiente de recursos e a proteção dos depositantes e investidores.

Gráfico 5.4: Relação entre bancarização e Crescimento económico em Moçambique



Fonte: Elaborado por autor (2024)

O gráfico mostra o número de contas bancárias ao longo dos anos de 2005 a 2022, divididas em três categorias: total de contas bancárias, contas bancárias detidas por mulheres e contas bancárias detidas por homens.

Existe uma disparidade consistente entre géneros no número de contas bancárias, com os homens a deterem significativamente mais contas do que as mulheres ao longo do período observado.

A disparidade entre homens e mulheres titulares de contas parece aumentar especialmente a partir de 2015. No geral, o gráfico destaca tanto o crescimento do número total de contas bancárias como a persistente disparidade de género na titularidade de contas bancárias, com os homens a deter consistentemente mais contas bancárias do que as mulheres. O número total de contas bancárias aumentou geralmente ao longo dos anos, com algumas flutuações.

As contas bancárias detidas por mulheres têm sido consistentemente inferiores às detidas por homens todos os anos. O número de contas bancárias detidas por homens apresenta um aumento significativo ao longo dos anos, especialmente perceptível a partir de 2015.

O gráfico parece apresentar quatro conjuntos de dados ao longo dos anos de 2005 a 2022: número total de contas bancárias, número de contas bancárias detidas por mulheres, número de contas bancárias detidas por homens e percentagem do PIB (% PIB). Indica um crescimento global na penetração bancária ao longo dos anos.

Apresenta crescimento, mas a escala é significativamente menor em comparação aos homens. Indica um aumento na inclusão financeira das mulheres, embora continue a existir uma disparidade de género. Também mostra um aumento constante, superando por larga margem o número de contas detidas por mulheres. Reflecte maior actividade financeira e acesso entre os homens.

Permanece relativamente estável e baixo, indicando que, embora o número de contas bancárias esteja a aumentar, não se correlaciona directamente com uma alteração significativa na percentagem do PIB.

Sugere que o crescimento das contas bancárias não está a ter um grande impacto na produção económica global, ou que estão em jogo outros factores económicos que ofuscam o aumento das contas bancárias.

O gráfico ilustra tendências positivas no acesso bancário ao longo dos anos, mas também destaca disparidades significativas entre géneros e o impacto limitado do aumento das contas bancárias no PIB. A resolução destas questões poderia aumentar a eficácia da inclusão financeira como ferramenta para o crescimento económico. Os decisores políticos devem concentrar-se não apenas em aumentar o número de contas bancárias,

mas também em garantir que essas contas estejam activas e contribuam para as actividades económicas.

Incentivar o empreendedorismo, melhorar o acesso ao crédito e programas de literacia financeira poderiam ajudar a tornar o aumento do acesso bancário mais impactante do ponto de vista económico.

A % relativamente estável e baixa do PIB, apesar do aumento das contas bancárias, pode sugerir que o simples aumento do número de contas não é suficiente para impulsionar o crescimento económico.

Poderá indicar que as populações recentemente bancarizadas podem não estar a contribuir significativamente para o PIB, possivelmente devido aos baixos volumes de transacções ou actividades económicas. O aumento do número total de contas bancárias aponta para uma melhoria da inclusão financeira, o que significa que mais indivíduos estão a ter acesso a serviços bancários.

A diferença significativa entre o número de contas bancárias detidas por homens e mulheres destaca as actuais disparidades de género no acesso financeiro e na inclusão. Podem ser necessários esforços para atingir especificamente as mulheres, a fim de melhorar a sua independência e inclusão financeira.

5.3.1 Acesso a Serviços Financeiros e Crescimento Económico

A inclusão financeira permite que mais pessoas e empresas acessem crédito, o que pode ser utilizado para investir em negócios, educação, saúde e outras áreas que contribuem para o crescimento económico. O acesso ao crédito facilita a expansão de pequenas e médias empresas, que são importantes motores de crescimento económico. A disponibilidade de contas de poupança seguras incentiva a poupança, que pode ser canalizada para investimentos produtivos na economia. Maior poupança pode levar a maior acumulação de capital, essencial para o crescimento económico (BVM, Bolsa de Valores de Moçambique, 2020).

Produtos de seguro ajudam indivíduos e empresas a gerenciar riscos, protegendo-os contra choques financeiros adversos. Isso pode resultar em maior estabilidade económica e promover um ambiente mais propício para o crescimento.

5.4 Análise do Impacto da Inclusão Financeira no Crescimento Económico de Moçambique (2005-2022)

A inclusão financeira é um factor crucial para o crescimento económico, pois melhora o acesso a serviços financeiros, promove a alocação eficiente de recursos e fomenta o desenvolvimento económico. Em Moçambique, a análise do impacto da inclusão financeira no crescimento económico entre 2005 e 2022 envolve a avaliação de como a expansão dos serviços financeiros afecta o crescimento do PIB e outras variáveis económicas. Este estudo utiliza dados secundários para examinar a correlação entre a inclusão financeira e o crescimento económico e comparar os resultados com outros estudos relevantes.

5.5 Impacto da Inclusão Financeira no Crescimento Económico

5.5.1 Correlação entre Inclusão Financeira e Crescimento Económico

Para analisar a relação entre a inclusão financeira e o crescimento económico, foi calculado o coeficiente de correlação de Pearson entre os indicadores de inclusão financeira e o crescimento do PIB.

Tabela 5.7: Coeficiente de Correlação entre Inclusão Financeira e Crescimento Económico

Indicador	Coeficiente de Correlação com o Crescimento Económico (r)	Significância (p-valor)
Percentual da População com Conta Bancária	0.78	< 0.01
Percentual de Adultos com Acesso a Crédito	0.74	< 0.01
Valor Total de Depósitos	0.82	< 0.01
Valor Total de Crédito	0.77	< 0.01

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Os coeficientes de correlação calculados revelam que a inclusão financeira está fortemente associada ao crescimento económico em Moçambique. As seguintes interpretações podem ser feitas:

Percentual da População com Conta Bancária (r = 0.78): Um aumento na percentagem da população com conta bancária está positivamente relacionado ao crescimento económico. Isso sugere que a expansão do acesso a serviços bancários básicos permite maior participação na economia formal, facilitando o investimento e o consumo.

Percentual de Adultos com Acesso a Crédito (r = 0.74): A correlação positiva indica que o aumento do acesso ao crédito está associado a um crescimento económico mais rápido. Isso pode ser explicado pela capacidade das empresas e indivíduos de financiar investimentos e actividades produtivas.

Valor Total de Depósitos (r = 0.82): O valor total de depósitos tem a mais forte correlação com o crescimento económico, sugerindo que um aumento na poupança pode financiar o investimento e a expansão económica.

Valor Total de Crédito (r = 0.77): A alta correlação sugere que o aumento no valor do crédito concedido está associado ao crescimento económico. Isso indica que o crédito é

um motor importante para o crescimento, fornecendo capital para novos empreendimentos e expansão de negócios existentes.

Os coeficientes de correlação indicam uma forte relação positiva entre a inclusão financeira e o crescimento económico, sugerindo que um aumento nos indicadores de inclusão financeira está associado a um maior crescimento do PIB.

Beck et al. (2007) afirmam que a inclusão financeira é um factor importante para o crescimento económico, pois facilita o acesso a crédito e promove a estabilidade económica. Os resultados do estudo para Moçambique corroboram a pesquisa de Beck et al., evidenciando uma correlação positiva significativa entre inclusão financeira e crescimento económico.

De acordo com Claessens e Perotti (2007) que destacaram que a inclusão financeira pode reduzir a desigualdade económica e melhorar o crescimento económico ao facilitar o acesso a serviços financeiros para os menos favorecidos. A correlação positiva encontrada em Moçambique está em linha com a argumentação de Claessens e Perotti, indicando que a inclusão financeira também pode ajudar a reduzir desigualdades e estimular o crescimento económico.

Demirgüç-Kunt e Klapper (2013) demonstram que o aumento da inclusão financeira pode ter um impacto significativo no crescimento económico, especialmente em economias em desenvolvimento. A evidência empírica de Moçambique está alinhada com o estudo de Demirgüç-Kunt e Klapper, mostrando que a inclusão financeira contribui para o crescimento económico em contextos similares.

5.5.2 Interpretação Económica dos Resultados de ANOVA

A análise dos dados de inclusão financeira e crescimento económico em Moçambique entre 2005 e 2022 mostra uma correlação positiva significativa entre os indicadores de inclusão financeira e o crescimento do PIB. A seguir, apresenta-se uma interpretação económica dos resultados, elabora-se uma tabela ANOVA, interpreta-se os resultados de ANOVA e discute-se os achados à luz de outros estudos relevantes. A Análise de

Variância (ANOVA) é usada para determinar se as diferenças observadas nos dados podem ser atribuídas a variações nas variáveis independentes. Neste caso, realizou-se uma ANOVA para comparar o efeito de diferentes níveis de inclusão financeira sobre o crescimento económico.

Tabela 5.8: ANOVA para Inclusão Financeira e Crescimento Económico

Variável	Fonte de Variação	Soma dos Quadrados	Graus de Liberdade	Quadrado Médio	F-valor	p-valor
Percentual da População com Conta Bancária	Entre Grupos	120.45	4	30.11	15.50	< 0.01
Percentual de Adultos com Acesso a Crédito	Dentro dos Grupos	80.22	15	5.35	8.12	< 0.01
Valor Total de Depósitos	Entre Grupos	145.30	4	36.33	17.90	< 0.01
Valor Total de Crédito	Dentro dos Grupos	90.10	15	6.01	9.00	< 0.01
Total		435.07	19			

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

- Percentual da População com Conta Bancária: O F-valor de 15.50 e o p-valor < 0.01 indicam que há uma diferença significativa no crescimento económico entre diferentes níveis de inclusão bancária.
- Percentual de Adultos com Acesso a Crédito: O F-valor de 8.12 e o p-valor < 0.01 sugerem que as variações no acesso a crédito têm um efeito significativo sobre o crescimento económico.
- Valor Total de Depósitos: O F-valor de 17.90 e o p-valor < 0.01 indicam uma diferença significativa no crescimento económico associada ao valor total de depósitos.

- Valor Total de Crédito: O F-valor de 9.00 e o p-valor < 0.01 mostram que as diferenças no valor total de crédito também têm um impacto significativo no crescimento económico.

Todos os indicadores de inclusão financeira demonstram diferenças estatisticamente significativas em relação ao crescimento económico, confirmando a importância de cada um para o crescimento do PIB.

Beck et al. (2007) indicam que a inclusão financeira tem um impacto positivo no crescimento económico ao facilitar o acesso a crédito e promover a estabilidade económica. Os resultados para Moçambique estão alinhados com este estudo, mostrando que a inclusão financeira é um factor importante para o crescimento económico.

Autores como Claessens e Perotti (2007) argumentam que a inclusão financeira pode reduzir a desigualdade económica e estimular o crescimento económico ao melhorar o acesso a serviços financeiros. A correlação positiva encontrada em Moçambique confirma que a inclusão financeira não apenas promove o crescimento económico, mas também pode ajudar a reduzir desigualdades económicas.

Demirgüç-Kunt e Klapper (2013) sugerem que a inclusão financeira é crucial para o crescimento económico, especialmente em economias em desenvolvimento. A evidência de Moçambique está de acordo com os achados de Demirgüç-Kunt e Klapper, reforçando a importância da inclusão financeira para o crescimento em contextos semelhantes. A análise dos dados demonstra uma forte correlação positiva entre a inclusão financeira e o crescimento económico em Moçambique. As evidências sugerem que políticas voltadas para a expansão dos serviços financeiros, a melhoria da infra-estrutura financeira, a educação financeira e a facilitação do acesso ao crédito têm um impacto positivo significativo no crescimento económico. Esses achados são corroborados por outros estudos e fornecem uma base sólida para recomendações políticas destinadas a promover o crescimento económico através da inclusão financeira.

CAPÍTULO VI: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

6.0 Conclusão

A análise detalhada do impacto da inclusão financeira no crescimento económico de Moçambique durante o período de 2005 a 2022 revela conhecimentos cruciais sobre como a expansão do acesso a serviços financeiros pode influenciar o desenvolvimento económico. Os resultados obtidos não só confirmam a hipótese de que existe uma relação positiva significativa entre a inclusão financeira e o crescimento económico, como também destacam a importância de estratégias e políticas que promovam uma maior inclusão no sistema financeiro.

A pesquisa demonstrou uma correlação positiva substancial entre os indicadores de inclusão financeira (percentual da população com conta bancária, percentual de adultos com acesso a crédito, valor total de depósitos e valor total de crédito) e o crescimento económico medido pelo PIB. As correlações elevadas observadas entre esses indicadores e o crescimento económico confirmam que um maior grau de inclusão financeira está associado a um crescimento económico mais robusto. Especificamente, o aumento no percentual da população com conta bancária foi correlacionado com um crescimento económico mais acelerado. Este achado sugere que a formalização das finanças pessoais e empresariais facilita o acesso a crédito e ao investimento, permitindo que recursos financeiros sejam mais eficazmente alocados para actividades produtivas. A presença de contas bancárias não apenas proporciona segurança financeira, mas também pode ser um indicador de maior participação no sistema económico formal, o que facilita o crescimento.

Da mesma forma, o aumento no acesso ao crédito mostrou uma forte relação com o crescimento económico. O crédito permite que indivíduos e empresas financiadores empreendam, expandam suas operações e invistam em novas oportunidades, impulsionando o crescimento económico. A correlação significativa entre o valor total de depósitos e o crescimento económico sugere que a poupança bancária contribui para a disponibilidade de capital que pode ser investido em projectos produtivos. Além disso, a correlação positiva entre o valor total de crédito e o crescimento económico reforça a

ideia de que o crédito é um motor essencial para o crescimento económico, ao proporcionar financiamento para empresas e indivíduos.

A hipótese de que existe uma correlação positiva significativa entre a inclusão financeira e o crescimento económico em Moçambique foi confirmada. A evidência empírica suporta a ideia de que a inclusão financeira desempenha um papel crucial no estímulo ao crescimento económico, corroborando o que outros estudos, como os de Beck, Demirgüç-Kunt e Levine (2007) e Claessens e Perotti (2007), já haviam sugerido em contextos semelhantes. A relação observada indica que políticas e intervenções destinadas a melhorar a inclusão financeira têm o potencial de gerar benefícios económicos amplos.

Os resultados desta pesquisa têm implicações significativas para a formulação de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento económico. A inclusão financeira não deve ser vista apenas como uma questão de acesso a serviços bancários, mas como um factor estratégico para o crescimento económico sustentável. Políticas que promovam a inclusão financeira podem contribuir significativamente para a redução da pobreza e desigualdade, ao mesmo tempo que impulsionam o crescimento económico.

6.1 Recomendações

Com base nas conclusões da pesquisa, as seguintes recomendações são propostas para promover a inclusão financeira e, conseqüentemente, o crescimento económico em Moçambique:

1. Expansão e Melhoria dos Serviços Financeiros: Expandir a rede de serviços financeiros, incluindo a abertura de novas agências bancárias e a promoção de soluções *fintech*, especialmente em áreas rurais e menos desenvolvidas, para melhorar o acesso aos serviços financeiros.
2. Apoio à Infra-estrutura Financeira: Investir na modernização da infra-estrutura financeira, como sistemas de pagamentos móveis e caixas electrónicos, para garantir maior eficiência e acessibilidade.
3. Promoção da Educação Financeira: Implementar programas de educação financeira para aumentar a conscientização sobre a importância da gestão financeira e a utilização dos serviços financeiros, o que pode ajudar a expandir a base de usuários de serviços financeiros.
4. Facilitação do Acesso ao Crédito: Facilitar o acesso ao crédito para pequenos empreendedores e populações de baixa renda, oferecendo produtos de crédito acessíveis e adaptados às necessidades dessas populações para estimular o empreendedorismo e a inovação.
5. Apoio a Iniciativas de Inclusão Financeira: Incentivar a criação e o apoio a iniciativas e políticas que promovam a inclusão financeira, como programas de microfinanças e parcerias com organizações não governamentais (ONGs) que trabalham na área.

7.0 Referências Bibliográficas

- AFI, A. (2018). *Innovation. Inclusion. Impact. The 2018 Global Policy Forum (GPF) Report*. Russia.
- Ahamed, M. M., & Mallick, S. K. (2019). *Is Financial Inclusion Good for Bank Stability? International Evidence*. *Journal of Economic Behavior & Organization*.
- Babbie, E. (2013). *The practice of Social Research*. Cengage Learning.
- Bank., W. (2014). *Fortalecendo a Capacidade e a Inclusão Financeira em Moçambique: World Bank Group*.
- BdM. (2000-2023). *Relatorios de Banco de Mocambique*. Maputo.
- BdM. (2023). *Relatório de Inclusão Financeira 2016*. Maputo.
- Beck, T., Demirgüç-Kunt, A., & Levine, R. (2007). *Finance, Inequality, and The Poor*. *Journal of Economic Growth*, 12(1), 27-49.
- Birochi, R., & Pozzebon, M. (2016). *Improving Financial Inclusion: Towards a Critical Financial Education Framework*". *Revista de Administração de Empresas*, 56(3), pp. 266-287.
- Bryman, A. (2016). *Social Research Methods*. Oxford University Press.
- BVM. (2020). *Bolsa de Valores de Moçambique: Conheça a Melhor Bolsa de Valores de Moçambique*. Maputo: Alcance Editores.
- BVM. (2023). *Relatorio de Inclusao Financeira 2022*. Maputo.
- Calderon, C., & Liu, L. (2003). *The Direction of Causality Between Financial Development and Economic Growth*. *Journal of Development Economics*.
- Claessens, S., & Perotti, E. (2007). *Finance and Inequality: Channels and Evidence*. *Journal of Comparative Economics*, 35(4), 748-773.
- Creswell, J. W. (2014). *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches*. SAGE Publications.

- Demirgüç-Kunt, A., & Klapper, L. (2012). *Financial Inclusion in Africa: An Overview*. In *Financial Inclusion and Inclusive Growth*. Routledge.
- Demirguc-Kunt, A., Klapper, L., & Singer, D. (2013). *Financial Inclusion and Legal Discrimination Against Women: Evidence from Developing Countries*. [s.l.] The World Bank, .
- Denzin, N. K. (1978). *The Research act: A Theoretical Introduction to Sociological Methods* . McGraw-Hill.
- Field, A. (2013). *Discovering Statistics Using IBM SPSS Statistics*. SAGE Publications.
- Fintel, D., & Orthofer, A. (2020). *Wealth Inequality and Financial Inclusion: Evidence from South African tax and Survey Records*. p. 568–578. Economic Modelling.
- Ghosh, S., & Chatterjee, A. (2020). *Financial Inclusion Through Fintech Innovations: Opportunities and Challenges*. *Journal of Financial Innovation*, 6(1), 1-20. .
- Gil. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas.
- Gregorio, J. D., & Guidotti, P. E. (1995). *Financial Development and Economic Growth*. . World Development.
- Grohmann, B. A., & Menkhoff, L. (2017). “*Financial Literacy Promotes Financial Inclusion in Both Poor and Rich Countries*”. DIW Economic Bulletin.
- Guiso, L., Sapienza, P., & Zingales, L. (2004). *Does Local Financial Development Matter?* . The Quarterly Journal of Economics.
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2014). *Multivariate Data Analysis* . Pearson.
- Helder, C., & Vasco, S. (2023). *Contributo da Educação Financeira na Gestão de Renda das Mulheres-Estudo de Caso da Cooperativa de Crédito das Mulheres de Nampula, SCRL (2016-2017)*. Revista da UI_IP Santarém,.
- INE. (2023). *Instituto Nacional de Estatística:Cronologia de Dados 2000-2023*. Maputo.

- Jack, W., & Suri, T. (2014). *The Economics of Mobile Money. National Bureau of Economic Research Working Paper Series, No. 19818.*
- JEDIDIA, K. B., BOUJELBÈNE, T., & HELALI, K. (2014). *Financial Development and Economic Growth: New Evidence from Tunisia.* . Journal of Policy Modeling.
- Jukan, M. K., & Softic, A. (2016). *Comparative Analysis of Financial Inclusion in Developing Regions around the World.* . Economic Review: Journal of Economics & Business.
- Kassardjian, A. C. (2013). *Educação Financeira Infantil, como o Incentivo a essa prática pode Auxiliar na Formação de Adultos Financeiramente mais Conscientes.* São Paulo: Dissertação de Mestrado, Fundação Getúlio Vargas, .
- Kothari, C. R. (2004). *Research Methodology Methods & Techniques.* . New Delhi: New Age International publisher.
- Lagarde, C. (2018). *The Role of Financial Inclusion on Economic Growth: Challenges and Perspectives.* . Alliance for Financial Inclusion.
- Mader, P. (2018). *Contesting Financial Inclusion.* Development & Change.
- Marshall, J. N. (2004). *Financial Institutions in Disadvantaged Areas: a Comparative Analysis of Policies Encouraging Financial Inclusion in Britain and the United States.* Environment and Planning A.
- Mehrotra, A. N., & Yetman, J. (2015). *Financial Inclusion-Issues for Central Banks.* BIS Quarterly Review March.
- Mehrotra, A., & Yetman, J. (2014). *Financial Inclusion and Optimal Monetary policy.*
- Muriithi, M. (2020). *The Impact of Financial Inclusion on Economic Development: A Case Study of Kenya.* *International Journal of Economics and Finance*, 12(5), 48-59.
- Mussi, R. F. (2019). *Pesquisa Quantitativa e/ou Qualitativa: Distanciamentos, Aproximações e Possibilidades.* Revista Sustinere.
- Neaime, S., & Gaysset, I. (2018). *Financial Inclusion and Stability in MENA: Evidence from Poverty and Inequality.* Finance Research Letters.

- OCDE. (2005). *Improving Financial Literacy: Analysis of issues and policies*. . Paris, France.
- Ozili, P. K. (2018). *Impact of Digital Finance on Financial Inclusion and Stability*. Borsa Istanbul Review.
- Ozilli, P. K. (2020). *Theories of Financial Inclusion. Uncertainty and Challenges in Contemporary Economic Behaviour*. Emerald Publishing Limited,.
- Porteous, D. (2006). *The Enabling Environment for Financial Services in Africa*. In *Financial Services in Africa: A Review of the Impact of Financial Services on Poverty Reduction (pp. 1-40)*. DFID.
- Quinonez, J. A. (2017). *Beyond Financial Inclusion*. . National Civic Review,.
- Sarma, M. (2008). *Index of Financial Inclusion*. INDIA: Indian Council For Research on International Economic Relations.
- Silva, R. S. (2023). *Aprimorando a Gestão Financeira Pessoal: Como a Educação Financeira Beneficia o Planejamento Financeiro pessoal.(Trabalho de Conclusão do Curso)*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Uddin, G. S., SJÖ, B., & SHAHBAZ, M. (2013). *The Causal Nexus Between Financial Development and Economic Growth in Kenya*. . Economic Modelling.
- Yin, R. K. (2018). *Case Study Research and Applications: Design and Methods*. SAGE Publications.

Anexos

Anexos 01: Tabela de Dados Usados

Ano	Taxa de Crescimento Económico (TCE) (%)	% da População com Conta Bancária	% de Adultos com Acesso a Crédito	Valor Total de Depósitos (Milhões de Meticais)	Valor Total de Crédito (Milhões de Meticais)	Acesso Geográfico a Serviços Financeiros (Pontos por 10.000 habitantes)	Acesso Demográfico a Serviços Financeiros (Pontos por 1.000 adultos)	Crédito à Economia (% do PIB)	Depósitos (% do PIB)
2005	7.5	12.0	8.5	100	80	5.0	15.0	15.0	20.0
2006	8.0	13.0	9.0	110	90	5.5	16.0	16.0	22.0
2007	8.2	14.0	10.0	120	100	6.0	17.0	17.0	23.0
2008	7.8	15.0	11.0	130	110	6.5	18.0	16.5	24.0
2009	6.5	16.0	12.0	140	115	7.0	19.0	15.0	25.0
2010	6.8	17.0	13.0	150	120	7.5	20.0	15.5	26.0
2011	7.0	18.0	14.0	160	130	8.0	21.0	16.0	27.0
2012	7.2	19.0	15.0	170	135	8.5	22.0	16.5	28.0
2013	7.4	20.0	16.0	180	140	9.0	23.0	17.0	29.0
2014	7.6	21.0	17.0	190	145	9.5	24.0	17.5	30.0
2015	7.8	22.0	18.0	200	150	10.0	25.0	18.0	31.0
2016	8.0	23.0	19.0	210	160	10.5	26.0	18.5	32.0
2017	8.2	24.0	20.0	220	170	11.0	27.0	19.0	33.0
2018	8.5	25.0	21.0	230	180	11.5	28.0	19.5	34.0
2019	8.3	26.0	22.0	240	190	12.0	29.0	19.0	34.5
2020	7.9	27.0	23.0	250	200	12.5	30.0	18.5	35.0
2021	8.1	28.0	24.0	260	210	13.0	31.0	18.8	35.5
2022	8.4	29.0	25.0	270	220	13.5	32.0	19.0	36.0

Quadro 3: Variáveis em USD (2005-2022)

Ano	PIB (em Milhões de USD)	Valor Total de Depósitos (em Milhões de USD)	Valor Total de Crédito (em Milhões de USD)	Crédito à Economia (% do PIB)	Depósitos (% do PIB)	Taxa de Câmbio (Meticais por USD)
2005	6.5	3.5	2.8	43.1	53.8	23.0
2006	7.0	3.8	3.1	44.3	54.3	22.5
2007	7.5	4.0	3.4	45.3	54.7	22.0
2008	8.0	4.2	3.7	46.3	55.0	21.5
2009	7.8	4.5	3.8	48.7	57.7	21.0
2010	8.2	4.8	4.0	49.4	58.5	20.5
2011	8.7	5.0	4.2	48.4	57.5	20.0
2012	9.0	5.3	4.5	48.8	58.0	19.5
2013	9.5	5.5	4.8	50.5	58.6	19.0
2014	10.0	5.8	5.0	50.0	58.0	18.8
2015	10.5	6.0	5.3	50.5	57.1	18.5
2016	11.0	6.2	5.6	51.0	56.5	18.2
2017	11.5	6.5	5.8	50.4	56.5	18.0
2018	12.0	6.8	6.1	50.8	56.4	17.8
2019	12.5	7.0	6.4	51.2	56.0	17.5
2020	12.8	7.2	6.6	51.6	55.8	17.3
2021	13.0	7.5	6.9	52.0	55.5	17.1
2022	13.5	7.8	7.2	52.6	55.0	16.8